



Experiências de Pesquisa Interdisciplinar:

caminhos e alternativas
para fenômenos complexos

LORENA MADRUGA MONTEIRO
DIEGO FREITAS RODRIGUES
VERONICA TEIXEIRA MARQUES

**Experiências
de Pesquisa
Interdisciplinar:**
caminhos e alternativas para
fenômenos complexos



BONECKER EDITORA
Rio de Janeiro, 2016

BONECKER EDITORA

Editora Bonecker Ltda

publique@bonecker.com.br - <http://bonecker.com.br/>

1ª Edição

Dezembro de 2016

ISBN: 978-85-93479-00-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M775e

Monteiro, Lorena Madruga.

Experiências de pesquisa interdisciplinar: caminhos e alternativas para fenômenos complexos / Lorena Madruga Monteiro, Diego Freitas Rodrigues, Verônica Teixeira Marques. – Rio de Janeiro (RJ): Bonecker, 2016.

130 p. : 14 x 21 cm

Bibliografia: p. 124-126.

ISBN 978-85-93479-00-7

1. Ciências sociais. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Rodrigues, Diego Freitas. II. Marques, Verônica Teixeira. III. Título.

CDD-300

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Bonecker Editora.

INTER + DISCIPLINARIDADE: REFLEXÕES PARA UMA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

DJALMA THÜRLER¹

É com entusiasmo que saudamos a chegada desse “Experiências de Pesquisa Interdisciplinar: caminhos e alternativas para fenômenos complexos”, livro que colabora – e muito – em demonstrar como a interdisciplinaridade tem sido utilizada como base para o fortalecimento da pesquisa não disciplinar no Brasil, prática altamente complexa que exige reflexões epistemológicas constantes e gradativas.

“Experiências de Pesquisa Interdisciplinar: caminhos e alternativas para fenômenos complexos” chega para ampliar o sentido epistemológico da interdisciplinaridade, porque qualquer tentativa de uma definição unívoca e definitiva desse conceito tratar-se-ia de proposta que, inevitavelmente, estaria sendo feita a partir de alguma das culturas disciplinares existentes.

1. É pesquisador do CLAECE - Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e do CULT - Centro de Pesquisa Multidisciplinar em Cultura, da UFBA. É diretor artístico e dramaturgo da ATeliê voadOR (<http://www.atelienvoadorteatro.com.br/>). Possui estágio de Pós-Doutoramento em Literatura e Crítica Literária pela PUC São Paulo. É Professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e Professor Adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia.

Em outras palavras, a tarefa de procurar definições “finais” para a interdisciplinaridade seria uma ação não interdisciplinar, na medida em que não existe uma definição única possível para este conceito, senão muitas, tantas quantas sejam as pesquisas e experiências em curso neste campo do conhecimento.

Por isso é importante entendê-la como processo de complementaridade entre disciplinas e áreas do conhecimento, de modo a formar uma teia integradora que rompe com as antigas epistemologias, mais duras, mais *caretas*. A interdisciplinaridade supõe o diálogo, o *troca-troca* de conhecimentos, de análises, de métodos entre duas ou mais disciplinas; implica que haja interações e um enriquecimento mútuo entre vários especialistas:

interlocução

interrelação

intermédio

intercâmbio

afastamento da disciplinaridade fechada, ensimesmada

interação interdisciplinas,

ampliação da visão dos indivíduos,

desenvolvimento crítico e substantivo

construção do conhecimento interativo

nenhuma hiperespecialização disciplinar

que até hoje só gerou “ilhas” epistemológicas, dogmáticas e acrílicas, mas um antídoto às metodologias ‘lógicas’, derivadas de estruturas teóricas engessadas em seus princípios, que abrem espaço para pensar o não pensado ainda.

A multi-trans-pluri-meta-interdisciplinaridade, saberes que se pautam no afeto, na produção de intensidades e nos posicionamentos dos sujeitos enquanto agenciadores coletivos de

enunciação, movimentos que investem num pensamento, escrita e ação inventivos, que problematizam os modos de produção de conhecimento na contemporaneidade, mas que não se confunda esta abordagem com a eleição fortuita e aleatória de temas, táticas ou estratégias porque o estudo da interdisciplinaridade não apresenta ainda uma segurança teórica nem metodológica, mas aos poucos, vai elegendo

o sistema ao invés de estrutura

a imprevisibilidade ao invés de linearidade (acaso-construção)

a transgressão ao invés da hierarquia

o *intermezzo* contra os ciclos com início, meio e fim

a trama neural e múltipla contra a pesquisa de pivô central

a ruptura contra a continuidade dos signos

a produção e acompanhamento de mapas ao invés de uma reprodução e decalque e (des/re)fazendo mapas que não pretendem enrijecer, nem determinar trajetos e caminhos, mas ampliar, dinamizar, potencializar vivências, experiências, abordagens, (in)conclusões, aprofundamentos e percepções que a simples abordagem disciplinar não permite.

Os sistemas de ensino das Universidades precisam ser revistos urgentemente e devem assumir posturas de levar o indivíduo a libertação do então paradigma dominante, proporcionando-o capacidade de pensar e de refletir de uma forma autônoma. Para que haja uma mudança acadêmica e, também nos ensino fundamental e médio – preocupação constante dos não disciplinares –, há a necessidade de que ocorram mudanças na sociedade e para que haja transformações nesta é necessário que também ocorram naquela, transformando as fronteiras

que barram a geração de novos conhecimentos para a criação, inovação e consolidação de conhecimentos únicos, sem limitações entre as áreas do saber, dando ênfase a programas, projetos, currículos, pesquisas não disciplinares, contribuindo, cada vez mais, para o avanço da qualidade na educação superior e seus diversos atributos nas áreas do conhecimento.

A Educação contemporânea, então, dá início a um trabalho árduo focado neste novo modelo de criar conhecimento através da busca por uma proposta pedagógica diferenciada em que se valoriza a aprendizagem colaborativa e o trabalho coletivo; a discussão em grupo e a cooperação; a análise e a capacidade de compor e recompor dados, argumentos e ideias; a integração real de disciplinas num mesmo projeto de pesquisa e, a extensão aliada à aprendizagem. Morin (2009) fala uma verdade que me anima, ele afirma que a reforma universitária ocorrerá através de ações de minorias de educadores, que serão a princípio incompreendidas e perseguidas, mas com o tempo as idéias serão difundidas e aceitas. São pessoas que tem no seu íntimo a missão de reformar o pensamento. Esse sou eu, esses são os autores desse livro, esse pode ser você, que está voltado para as possíveis interações disciplinares visando o desenvolvimento e o compartilhamento de conhecimentos, possibilitando aos indivíduos acessos a saberes múltiplos e não apenas específicos, novas descobertas e reflexões críticas que dentro da realidade atual são difíceis de serem desenvolvidas. Uma formação mais substantiva e integrativa resultará em profissionais menos alienados, mais conscientes, reflexivos e críticos.

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Tabela-1: Estatística Descritiva de Qualidade Democrática e Desempenho Ambiental para	46
Gráfico 01 – Nível de Democracia <i>versus</i> Desempenho Ambiental (2012).	47
Gráfico 02 – Índice de Desempenho Ambiental <i>versus</i> Regimes Políticos (2012).	48
Tabela 02 – Desenho de Pesquisa	54
Quadro 01 – Matriz	93
Figura 01. Sociograma produzido a partir do <i>software</i> UCINET	94
Figura 02. Sociograma produzido a partir do <i>software</i> UCINET.	96
Figura 03. Sociograma produzido a partir do <i>software</i> UCINET	97
Gráfico 03. Gráfico da Evolução da taxa de mortalidade por agressão no Brasil (1988-2013).	109
Quadro 02. Indicadores de Avaliação: indicadores sociais, de avaliação e de impacto	120

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	13
--------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE: O MÉTODO COMPARATIVO E OS DESAFIOS INTERDISCIPLINARES.....

Pesquisas Interdisciplinares: por que comparar?	26
---	----

Política Comparada: definições conceituais, objetivos metodológicos e a complexidade ambiental.....	32
--	----

Como Medir Qualidade Democrática e Desempenho Ambiental?	42
---	----

Qualidade Democrática e Desempenho Ambiental: exemplo de um projeto de pesquisa interdisciplinar	50
---	----

Considerações Finais.....	55
---------------------------	----

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DO DISCURSO E ABORDAGEM COMPARATIVA: COMPREENSÃO DOS POPULISMOS NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ERNEST LACLAU

O conceito de populismo e as possibilidades da pesquisa comparativa	63
--	----

O modelo discursivo de Ernest Laclau na explicação dos Populismos	68
--	----

O modelo de Laclau aplicado aos casos de populismo na América Latina.....	75
--	----

Considerações finais	86
----------------------------	----

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E INTERDISCIPLINARIEDADE: REFLEXÕES PRELIMINARES 88

Termos da Análise de Redes Sociais89

Métodos de construção e análise de Redes Sociais e suas
representações gráficas.93

Temas e objetos de análise interdisciplinares101

Considerações Finais104

CAPÍTULO 4

SEGURANÇA PÚBLICA: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES PARA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA E HOMICÍDIOS 107

A identificação dos fenômenos investigados107

Os caminhos interdisciplinares na construção dos dados e
suas análises113

Considerações que não são finais122

SOBRE OS AUTORES..... 127

A universidade tem se consolidado como espaço importante para iniciar movimentos de reflexão, propondo caminhos que vão da criação de cursos à constituição de núcleos de pesquisa, do estímulo à cultura crítica em relação ao Estado à crítica à avalanche mercadológica. Ela gesta a crítica no âmago de seu caráter instituinte e instituído. Ao mesmo tempo em que produz conhecimentos, ela se transforma e abre espaços para a crítica sobre o modelo de ciência dominante. Dessa forma, exerce um papel tanto de resistência quanto de acomodação e legitimação de modelos. A perceptiva de resistência – tomada emprestada de Giroux (1986) – deve ter uma função reveladora e crítica da dominação. Deve fornecer oportunidades teóricas para a autorreflexão, possibilitando autoemancipação e emancipação social. A produção de conhecimento que visa à resistência – possibilidade teórica de autorreflexão – a visões dominantes pode encontrar na universidade um terreno fértil para reflexão e enfrentamento de algumas das tensões colocadas pelos processos homogeneizadores e padronizados. As mudanças no modo de produção de conhecimento e aquelas decorrentes da criação de novos saberes têm, nos espaços das universidades, a possibilidade de gerar saberes críticos, propositivos e prospectivos.”(RUBIN-OLIVEIRA, FRANCO, 2015, p.21 e 22)

APRESENTAÇÃO

Há três anos às voltas com as questões epistemológicas, conceituais e técnicas sobre a interdisciplinaridade, nos propomos com esse livro enfrentar uma pergunta ao mesmo tempo simples e complexa: como pesquisar interdisciplinarmente?

Envolvidos num desafio institucional para construção de um programa *stricto sensu* interdisciplinar – em uma instituição de ensino privada, no nordeste e num dos estados brasileiros com os mais complexos fenômenos sociais como laboratório – surge a inspiração para esse livro que tenta apresentar “caminhos” com o aprendizado desse desafio e a experiência dos autores.

Independente de já flertarmos com a interdisciplinaridade pelos motivos mais diversos possíveis antes de nos conhecermos, a nossa principal dúvida era a mesma: como entender e explicar a interdisciplinaridade como método? A resposta se inicia com o retorno aos clássicos Weber e Durkheim, que ao pensarem/proponerem uma ciência disciplinar que estudasse os novíssimos fenômenos sociais do século XIX concordavam sobre a necessidade de conectar objeto científico e metodologia.

A interdisciplinaridade não é nenhuma novidade, se pararmos para pensar nas fundações das disciplinas científicas ao longo do século XIX e XX. Como exemplos, podemos citar

William James (1991) e seus estudos sobre as variedades da experiência religiosa, na Psicologia, Georgescu-Roegen (1971) e a incorporação da condição biofísica no estudo da Economia e do desenvolvimento econômico ou E. P. Odum (2013) que trouxe ao campo da Ecologia as contribuições da Economia Ecológica sobre bens e serviços ambientais não negociáveis de Herman Daly. Todos estes autores, em maior ou menor sentido, se debruçaram sobre a necessidade de avançar suas reflexões para além do campo disciplinar que os abastecia intelectualmente. E embora possamos afirmar que a interdisciplinaridade não é nenhuma novidade, ela também não foi uma prioridade de agenda para os diversos campos disciplinares já desenvolvidos e, muito menos, em desenvolvimento, ansiosos por estabelecerem seu próprio *corpus* e identidade científica.

A riqueza da interdisciplinaridade ultrapassa a perspectiva teórica, epistemológica, metodológica ou didática. Quanto a isso há uma certa convergência entre os autores que escrevem sobre a temática, e que também convergem na compreensão de que sua prática proporciona o diálogo, a interlocução e a co-operação, o que só funciona quando há ação conjunta de pessoas que decidem mudar de postura em relação ao conhecimento (FAZENDA, 2002; BICUDO, 2008; POMBO, 2006; MARANHÃO, 2010; REBOUÇAS, MARQUES, BADIRU, 2015).

Pombo (2006, p.224-225) chama a atenção “(...) que é ao nível da produção em regime interdisciplinar dos diferentes conhecimentos científicos que a interdisciplinaridade verdadeiramente se joga”. Ou seja, a pesquisa interdisciplinar existe como prática e assim sendo há dificuldades para se definir/conceituar

a pesquisa interdisciplinar: ela é mais processo do que produto como salienta Fazenda (2002).

Além disso, refletir sobre a pesquisa interdisciplinar vai além de uma preocupação exclusivamente epistemológica, pois mesmo partindo-se da compreensão que as disciplinas são insuficientes: “(...) é preciso superar a especialidade que constitui certo encastelamento do saber e da apropriação/poder que essa especialidade proporciona” (REBOUÇAS, MARQUES, BADIRU, 2015, p.108).

Isto complexifica a abordagem interdisciplinar já que os “especialistas” necessitam das especialidades do “outro”, e isso exige a construção coletiva de novos caminhos e explicações: agora não mais sobre partes, mas sobre o todo. Isso “(...) possibilita uma evolução da aplicação de conceitos e métodos de diferentes áreas” e culmina com resultados que não se encaixam “perfeitamente em nenhuma delas” (MARANHÃO, 2010, p.563). A interdisciplinaridade se constrói assim, enquanto pesquisa em ação.

As razões da interdisciplinaridade também apontam para o objetivo de que: os compromissos do saber e do conhecimento se refletem em nossas ações, nossos desejos, nossos amores, e vão para além de uma verdade objetiva, de uma técnica apurada, de uma proporção descoberta com a constituição daquilo que somos. (REBOUÇAS, MARQUES, BADIRU, 2015, p.108).

Observa-se que as ciências sociais se destacam nas práticas de construção do conhecimento interdisciplinar, especialmente porque oferecem teorias e métodos de análises diferentes que permitem a compreensão de questões não apenas objetivas mas

também questões subjetivas da realidade: como discute Maranhão (2010, p.576-577), “(...) o principal desafio consiste nos modos de relacionamento e de ação coletiva, que envolvem coordenação, cooperação e confiança entre cientista de diferentes áreas na resolução de problemas complexos que compartilham”

Como pontual Rubin-Oliveira e Franco(2015), é possível identificar que “a solução de problemas cada vez mais complexos passa necessariamente pela diversificação de iniciativas e das formas de pensar e de agir, principalmente no que tange à produção do conhecimento científico”. (RUBIN-OLIVEIRA, FRANCO, 2015, p.18)

Um outro aspecto importante e necessário sobre o qual refletir quando se faz pesquisa interdisciplinar refere-se ao que Maranhão (2010) chama de controle de qualidade. Significa dizer que além da avaliação feita pelos pares há critérios adicionais para a pesquisa interdisciplinar: ela é demandada por interesses econômicos, sociais, materiais e de sobrevivência e nesse sentido está atrelada também a interesses políticos. Isso porque a necessidade de encontrar respostas e caminhos que não são acessados por disciplinas isoladas exige que os pesquisadores encontrem caminhos para explicação de fenômenos complexos e interdependentes.

Mas sendo o objeto interdisciplinar, esse objeto científico que desde a segunda metade do século XX se apresenta como grande desafio também para o século XXI, e permeado por diferentes campos, como ir além das lógicas disciplinares para compreensão sobre como pesquisar interdisciplinarmente?

Partimos das provocações feitas por Japiassu (1976), Fazenda (2002), Pombo (2006) e Bicudo (2008) que assumem a interdisciplinaridade como uma novíssima concepção de conhecimento.

Para Bicudo (2008) em especial, a interdisciplinaridade, além de ter um objeto multifacetado (fenômenos complexos que as disciplinas sozinhas não conseguem dar conta) exige práticas específicas, em especial a imersão no cotidiano onde os fenômenos complexos se constituem, sendo essa imersão sustentada nos princípios de humildade, coerência, espera, respeito e desapego.

Humildade porque, enquanto pesquisadores interdisciplinares, não é possível fazer pesquisa interdisciplinar sozinho; *coerência* porque, independentemente das abordagens que não cabem nos limites de uma disciplina, sempre é preciso ter um tema como norte da investigação. *Espera* porque os fenômenos complexos que exigem a interdisciplinaridade estão sempre em construção/transformação, o que exige *respeito* pelos limites dos pesquisadores envolvidos, suas metodologias específicas e por fim *desapego*, visto que as respostas não são nunca definitivas e não são nossas, são dos próprios fenômenos que se explicam na medida em que estejamos preparados para identificá-los em sua complexidade, o que exige a interdisciplinaridade para analisá-los.

Isso significa admitir que a pesquisa interdisciplinar exige uma abordagem que vá além dos limites de uma ou mais disciplinas, que force seus limites e não se adeque ao próprios métodos, mas que seja criteriosa. O que também exige “() condutas diferenciadas dos pesquisadores, quando comparadas com

aquelas observadas nos modos de proceder das pesquisas disciplinares (...)", exige ainda o trabalho em equipe e "(...) que se respeite o outro, que se trate o conhecimento como atividade e não como mercadoria, que se tenha humildade para ouvir o outro e para expor perguntas e dúvidas ingênuas" (BICUDO, 2008, p.145 e 146).

É nesse sentido e como um exercício de reflexão e de abertura para validações e críticas que propomos nesse livro os "caminhos" metodológicos interdisciplinares que usamos com reflexão e como prática nas nossas pesquisas interdisciplinares nos últimos anos.

Assim, apresentamos quatro capítulos que revelam caminhos teóricos e caminhos práticos de pesquisa interdisciplinar do campo das Ciências Humanas e Sociais e que indicam como o campo interdisciplinar é rico e está sempre em (des) construção e (tras) formação.

No primeiro capítulo intitulado "Democracia e meio ambiente: o método comparativo e os desafios interdisciplinares" chamamos a atenção sobre as dificuldades operacionais em incorporar as dimensões ambientais e políticas em pesquisas comparativas, em especial sobre como repousa na construção metodológica de índices e indicadores que agreguem, de forma ponderada, os atributos interdependentes de cada categoria, uma das grandes dificuldades atuais em pesquisa que envolvem essa complexidade dos fenômenos ambientais.

Como caminho metodológico apresentado foi usado o desenho do Environmental Performance Index (EPI), uma ferramenta metodológica para a avaliação das políticas públicas

ambientais, cujo intuito é quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um país.

Esse primeiro capítulo traz como algumas de nossas conclusões que a utilização de índices e indicadores para avaliação de políticas é um recurso otimizador para o pesquisador comparativista e, além disso, permite reflexões sobre como um desenho de pesquisa interdisciplinar que absorva o uso de índices e indicadores de natureza diversa (como índices de desempenho ambiental e qualidade democrática e seus respectivos indicadores) carece de um cuidado necessário em delimitar claramente a pergunta de pesquisa e as variáveis dependente e independente, assim como as variáveis de controle e interveniente de maneira ponderada entre os atributos do objeto de pesquisa. Por fim, ao final do capítulo trazemos um exemplo de projeto de pesquisa que agrega as dimensões ambientais, políticas e econômicas. Buscou-se, nesse sentido, apresentar e comentar o desenho de pesquisa com a descrição das variáveis utilizadas.

O segundo capítulo, de natureza teórica, intitulado “Análise do discurso e abordagem comparativa: Compreensão dos populismos na América Latina a partir da perspectiva de Ernest Laclau” faz uma inflexão distinta dos demais que compõem o livro. Demonstra como um fenômeno político de alta complexidade- o populismo- foi enfrentado pelo historiador argentino fundador do Programa de Ideologia e análise de Discurso da Universidade de Essex, Ernest Laclau em sua obra seminal Política e ideologia na Teoria Marxista. Capitalismo, Fascismo e Populismo, publicada no Brasil em 1978. Neste livro Laclau mobilizou uma série de conhecimentos interdisciplinares, com o auxílio da perspectiva comparativa, para definir esse

fenômeno político que até então era tratado por economistas, sociólogos, cientistas políticos, historiadores como efeito reverso da transição das sociedades tradicionais para as modernas, com ênfase nas transformações econômicas. Portanto, a escolha de analisar essa obra de Laclau em especial justifica-se para demonstrar como a perspectiva comparativa pode ser útil para a compreensão de fenômenos complexos e para sua definição conceitual, questões importantes que perpassam qualquer pesquisa de natureza interdisciplinar.

Também de cunho teórico, no terceiro capítulo intitulado “Análise de redes sociais e interdisciplinariedade: reflexões preliminares” apresentamos uma discussão sobre a potencialidade da análise de redes sociais para pensá-la, também, como um aporte metodológico interdisciplinar para a compreensão do mundo social, em suas múltiplas e complexas facetas.

Na discussão sobre a análise de redes sociais e sua interdisciplinaridade intrínseca o texto está dividido em três partes. Inicialmente são apresentados os termos da análise de redes sociais e seus significados, de forma que em seguida são expostos alguns métodos e algumas formas de representação gráfica, o que permite finalizarmos com os diversos usos possibilitados pela análise de redes sociais que ultrapassam campos disciplinares. Concluímos nesse capítulo que estas múltiplas e complexas relações entre atores, instituições, organizações, atualmente, podem ser melhor visualizados e analisados a partir de softwares desenvolvidos com este objetivo.

Por fim, com uma discussão prática baseada em pesquisas empíricas temos o capítulo intitulado “Segurança pública: abordagens interdisciplinares para compreensão da violência

e homicídios” no qual apresentamos, a partir da realização de pesquisas realizadas pelos autores, caminhos encontrados para compreensão dos fenômenos complexos que envolvem o aumento exponencial dos últimos anos dos índices de violência, homicídios e encarceramento.

Essas pesquisas, demandadas pelo Estado, tinham como objetivo subsidiar gestores públicos na compreensão do problema investigado, o que foi possível realizar adotando-se abordagens interdisciplinares de investigação. Parte da compreensão que a pesquisa interdisciplinar exige não apenas o trabalho em equipe, mas especialmente, a interlocução com os atores envolvidos diretamente com a violência e a gestão de segurança pública têm sido salutares nas pesquisas desenvolvidas nessa área.

Democracia, Meio Ambiente, Economia, Segurança Pública, não importa o tema da agenda de pesquisa e o campo disciplinar mais tradicional que o investiga, a interação entre os saberes e metodologias disciplinares pode acontecer em níveis de complexidade diferentes, mas devem sempre partir de uma articulação coordenada e voluntária de ações disciplinares que estão orientadas por um objetivo comum, o que vai além de exigências provisórias e ocasionalidades.

A interdisciplinaridade, podemos atestar, se constrói na prática investigativa.

Referências Bibliográficas

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (2001). V. 01. 272 p

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1971). *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

MARANHAO, Tatiana de P. A.. Produção interdisciplinar de conhecimento científico no Brasil: temas ambientais. **Soc. estado.**, Brasília , v. 25, n. 3, p. 561-580, Dec. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000300008>.

JAMES, W. *As Variedades da Experiência Religiosa*. São Paulo: Cultrix, 1995.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago. 1976.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p. 208-249, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000100008>.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e pretextos em programas de pós-graduação. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 15 - 35, abril de 2015.

REBOUÇAS, G. M. , MARQUES, V. T. , BADIRU, A. I. . Interdisciplinaridade, complexidade e educação: implicações éticas. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 4, p. 101-114, n. 2015.

CAPÍTULO 1

**DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE:
O MÉTODO COMPARATIVO E OS
DESAFIOS INTERDISCIPLINARES**

O caminho que se percorre em uma pesquisa é sempre caracterizador da própria pesquisa, pois para construção do conhecimento os pesquisadores são influenciados tanto por estímulos internos – curiosidade, incômodos, dúvidas – quanto da realidade social que os rodeia, inclusive aquilo “(...) que já foi construído e analisado por outros pesquisadores, métodos e técnicas que possibilitam uma investigação organizada, o controle daquilo que é observado, a utilização dos conhecimentos teóricos” (REBOUÇAS, FRANCO e MARQUES, 2016, p. 23).

A emergência dos problemas ambientais está acentuadamente vinculada à ausência ou baixa percepção da ligação existente entre as atividades antrópicas, eminentemente econômicas, suas externalidades ambientais e os processos políticos, emergência esta que é dinamizada e sofrida em graus diversos e sob efeitos também diversos, o que nos permite refletir os impactos ambientais em unidades como municípios, estados, províncias ou departamentos e países.

Mas por que comparar? A comparação da qualidade ambiental associada a outras variáveis, como a democrática ou de

desempenho econômico, implica *assimilar e diferenciar* nos limites, numa leitura inspirada na recomendação de Giovanni Sartori. Segundo Sartori (1981), quatro técnicas de verificação são identificadas nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, segundo o que denomina como uma “força de controle decrescente”: (i) o método experimental; (ii) o método estatístico; (iii) o método comparado e; (iv) o método histórico.

Em virtude da crise ambiental, caracterizada especialmente pelas mudanças climáticas e ambientais globais, as dimensões ambiental, econômica e políticas, eminentemente interdisciplinares, ganham maior *status* nas agendas de pesquisa na Política Comparada. Contudo, uma das dificuldades operacionais em incorporar as dimensões ambientais e políticas em pesquisas comparativas repousa na construção metodológica de índices e indicadores que agreguem, de forma ponderada, os atributos interdependentes de cada categoria. Para efeito de observar, de forma detida esse panorama metodológico, buscou-se analisar o desenho do *Environmental Performance Index* (EPI), uma ferramenta metodológica para a avaliação das políticas públicas ambientais; seu intuito é quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um país.

Como consequência, observou-se em que medida o EPI têm consistência metodológica para avaliação comparada de desempenho ambiental e mais: em que medida é possível associar o EPI a outro índice para uma avaliação de desempenho ambiental associado ao desempenho democrático, especialmente. Para tanto, testamos a correlação entre o EPI e o *Democracy Index*, um índice de qualidade democrática e, depois, a outras variáveis para observar a associação entre dimensões

ambientais e políticas e, por fim, identificamos fragilidades metodológicas internas do índice e seus indicadores que resultam, para um estudo político comparado, em problema metodológico para pesquisas interdisciplinares.

A operacionalização da relação existente entre um índice de qualidade democrática (*Democracy Index*) e um índice de desempenho ambiental (*Environmental Performance Index*), mostrou-se fértil, ainda que a natureza e composição de seus índices e indicadores constituam-se de ordem diversa e nos permitiu, de maneira encadeada, apontar caminhos na operacionalização compartilhada entre índices para sustentação de pesquisas interdisciplinares. Por fim, mostramos a construção de um desenho de pesquisa interdisciplinar, com especial atenção na seleção de índices e indicadores tanto de caráter ambiental quanto político e econômico para um estudo comparativo.

Pesquisas Interdisciplinares: por que comparar?

Por que comparar? Ao buscar responder, acreditamos que a melhor resposta seja considerar a comparação enquanto um método de controle de generalizações, cujo objetivo, é possível dizer, configura a formulação de um arcabouço teórico explicativo empiricamente falseável. Como observa Marengo (2012), os estudos comparativos consistem na busca da elaboração de inferências causais generalizantes, aptas em explicar a formação, quanto a estabilidade e mudança nas instituições políticas.

A Política Comparada possui um dos campos metodológicos mais estáveis dentro da Ciência Política. Sua consistência metodológica avançou, em muito, devido à rigorosa

operacionalização quantitativa promovida nos últimos trinta anos. Essa rigorosa operacionalização quantitativa, disposta em medida comparada, permite maior envergadura metodológica ao se analisar fenômenos políticos em condições espaciais e cronológicas diferenciadas muitas das vezes (LANDMAN, 2008). Neste sentido, para extrair explicações causais robustas, é necessário na investigação comparativa a consistência do modelo teórico, bem como o recorte temporal do estudo e o número de casos e variáveis examinados (MARENCO, 2012) e: “ao indicar como se deve comparar, o que deve comparar, é que a comparação se confirma como um método de pesquisa” (MARQUES, 2010, p. 60).

Na clássica definição de Giovanni Sartori (1981), *comparar implica assimilar e diferenciar nos limites*. Em seu entendimento, as comparações que interessam observam os atributos entre entidades que possuem atributos totais compartilhados e não compartilhados em parte. Para o teórico italiano, entretanto, a comparação é o menos insatisfatório de todos os métodos de controle existentes e acessíveis à Ciência Política.

Mas as análises de Sartori (1994) inspiraram outros estudiosos sobre o que é a pesquisa comparativa e sobre como usar o método comparado. Como comentam Rebouças, Franco e Marques (2016, p.26) “(...) Perissinotto (2013) relaciona comparação, história e interpretação para retomar a viabilidade de uma pesquisa comparativa que responda às objeções que lhe são feitas, sobretudo em tempos de excessiva importância dos métodos estatísticos”.

De acordo com Arend Lijphart (1971, p. 682), a Política Comparada configura um espaço disciplinar que se identifica

através de um formato metodológico mais que substancial. Dois métodos comparativos podem ser identificados nesse quadro: (i) o primeiro seria o método comparativo de casos semelhantes e (ii) o método de replicação em graus diversificados para a promoção de descobertas comparáveis. Consideramos importante ressaltar que a política comparada, ainda que com dificuldades metodológicas, “sobreviveu” muito mais devido ao seu método comparativo do que, necessariamente, pelo seu conteúdo, abordando comparativamente diversos países.

Para Hardgrave & Bill (1973), a abordagem mais tradicional da Política Comparada possuiria seis fatores negativos: (i) configurações descritivas, (ii) legalismo formal, (iii) paroquialismo, (iv) conservadorismo, (v) ênfases não teóricas e, por fim, (vi) insensibilidade metodológica. Essa crítica seria dirigida ao modelo teórico de “Governos Comparados” operacionalizado na Política Comparada. Como essa abordagem dirigia-se, fundamentalmente, à explicação de fatores formais da política (partidos e parlamentos, por exemplo) de países desenvolvidos ocidentais, outras correntes teórico-metodológicas (estrutural-funcionalismo e a teoria dos sistemas) ganharam maior espaço por tentarem suprir as deficiências conceituais da abordagem de “Governos Comparados” quando aplicadas em cenários como a América Latina, a Ásia e a África.

Sartori (1981) reconhece o caráter paroquialista que compôs a Política Comparada, até mesmo pelo caráter de sua formação e incentivos. Sua crítica repousou no caráter dos comparativistas estadunidenses que só são comparativistas por estudarem outros países que não os Estados Unidos. Ainda que permeada por críticas, a Política Comparada sobreviveu,

identificando-se muito mais devido ao seu método (comparativo) do que, necessariamente, pelo seu conteúdo de pesquisa.

O objetivo da pesquisa comparativa não é a busca de explicações gerais (STEINMO & THELEN, 1992; HALL, 1986; KATZENSTEIN, 1978). Segundo Skocpol e Somers (1980), é possível identificar três lógicas analíticas na abordagem político-histórica comparada e, também, que essas três lógicas comparativas possam, de alguma forma, se mesclar, já que não são nem rígidas e nem excludentes: (1) Inferência teórica paralela: nesse primeiro aspecto, contextos políticos são situados de forma a validar a argumentação teórica aplicando, de forma conveniente aos casos elencados e, assim, validando a prerrogativa teórica; (2) Oposição contextual: já quanto ao segundo aspecto, procura-se dispor as circunstâncias dos casos específicos que afetam os processos sociais, políticos e econômicos em geral, não se preocupando, necessariamente, na promoção de inferências causais; (3) Exame analítico macro causal: por fim, quanto ao terceiro aspecto, intentam-se, do ponto de vista macro causal, promover inferências causais relativas às estruturas e processos sociais, políticos e econômicos.

Ao se avaliar o terceiro aspecto, é possível identificar sua maior correlação com o conceito, oriundo do Neo Institucionalismo Histórico (campo teórico da Ciência Política), de *path dependency*. Essa maior correlação deriva da observação referente às inferências causais que o pesquisador está promovendo. Devem-se guardar, entretanto, duas observações: (i) uma advertência de Keohane & Verba (1994) de que as inferências causais devem ser dispostas apropriadamente, resguardando o princípio de “falseamento” na inferência; (ii) e quanto à

alteração das variáveis independentes (fatores explicativos) e variáveis dependentes (fatores explicados) na pesquisa comparativa, é possível a utilização dos métodos de *concordância* e de *diferença* desenvolvidos por Stuart Mill (1999).

O desenvolvimento do método comparativo deve seu mérito, em grande parte, ao trabalho de John Stuart Mill realizado em *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*, publicado no ano de 1843. Nessa obra, Stuart Mill define, com rigor e consistência, os métodos de pesquisa experimental, dividindo-os em duas formas. Em suas palavras:

Os métodos mais simples e familiares de escolher entre as circunstâncias que precedem ou seguem um fenômeno, aquelas às quais esse fenômeno está realmente ligado por uma lei invariável são dois: um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenômeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenômeno não ocorre. Esses dois métodos podem ser respectivamente denominados o método de concordância e o método de diferença (Mill, 1984, p. 196).

Entretanto, frisa-se, Stuart Mill não considerou apropriados de toda maneira os métodos de concordância e diferença na operacionalização das Ciências Sociais. Retoma-se, nesse sentido, a discussão em torno dos procedimentos metodológicos comparativos. Observe-se o caso do método da concordância de Stuart Mill: ocorrendo que dois ou mais casos de um mesmo fenômeno analisado tenha, especialmente, uma de diversas

circunstâncias causais possíveis convergentes, observa-se que a circunstância convergente nos casos é a causa do fenômeno analisado.

Nas palavras de Stuart Mill: *“Se dois ou mais casos do fenómeno objeto de investigação têm apenas uma circunstância em comum, essa circunstância única em que todos os casos concordam é a causa (ou efeito) do fenómeno”* (MILL, 1984, p.198). Nesse sentido, o método da concordância pode ser identificado como a procura por padrões de não-variação, ou seja, objetiva-se cercear a variável causal possível que se encontra constante, dado cruzamento de todos os casos observados.

Já quanto ao método da diferença, dispõem-se os fatores causais como similares, observando-se as distinções nos resultados políticos entre os casos elencados, todavia, uma variável independente decisiva, que é alterada dispondo os casos elencados, é conjugada como fator causal dos diferentes resultados políticos. Segundo Stuart Mill (1984, p. 199):

Se um caso em que o fenômeno sob investigação ocorre e um caso em que não ocorre têm todas as circunstâncias em comum, menos uma, ocorrendo esta somente no primeiro, a circunstância única em que os dois casos diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa, do fenômeno.

É fundamental, quando dois casos dispostos com acentuadas similaridades exprimem resultados diferenciados, que o objetivo investigativo seja identificar o fator diferenciado que responde por resultados discordantes. Nesse caso, ao não destacar as semelhanças entre os fenômenos diferenciados, o pesquisador analisa a diferença casualmente decisiva entre os fenômenos relativamente semelhantes.

Por exemplo, no Neo Institucionalismo Histórico, em avaliações políticas comparadas entre dois ou mais países, o conceito de *path dependency* foi usualmente operacionalizado sob a égide de uma causalidade dependente diferenciada, rejeitando a prerrogativa usual de que, segundo Hall & Taylor (2003, p.200): “*as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados.*”

Essa perspectiva do Neo Institucionalismo Histórico, por exemplo, tem acentuada aderência dentro da discussão metodológica comparativa. Ainda mais quando o objeto de reflexão é o desempenho ambiental de um país, dadas as (i) condições ecossistêmicas e econômicas muitas vezes diferenciadas que podem exigir/accentuar determinadas políticas em relação a outras e (ii) condições políticos-institucionais que podem incentivar ou prejudicar o desempenho político ambiental de um país. Retomamos especialmente, portanto, o debate sobre como associar as dimensões ambientais e políticas na pesquisa comparativa.

Política Comparada: definições conceituais, objetivos metodológicos e a complexidade ambiental²

Democracias são o resultado de combinações complexas envolvendo instituições e políticas públicas (para mantermos em duas dimensões). Ainda que ocorra uma heterogeneidade institucional, a busca por padrões regulares é possível na

2. Rodrigues *et al.* (2015) no artigo “A Sustentável Leveza da Democracia” buscaram responder essa pergunta, testando a hipótese de que regimes democráticos possuem desempenho ambiental mais significativo. Parte dessa discussão encontra-se publicada nesse artigo supracitado.

Política Comparada. É possível elaborar inferências sobre os efeitos provocados por arranjos institucionais, tanto em termos de desempenho democrático ou mesmo na avaliação de políticas públicas. Como método científico, o viés comparativo ainda encontra-se destravando “amarras” metodológicas fundamentais. Uma delas será observada neste capítulo: a incorporação da dimensão ambiental aos estudos políticos comparados.

Democracia não é um regime político perfeito para salvar bens e serviços ambientais e ecossistêmicos, mas é o modelo de regime que permite maior abertura política para uma sociedade e economias mais sustentáveis ambientalmente (RODRIGUES, 2014). Também é claro para efeito de análise que o regime democrático majoritário ou consociativo, na clássica divisão de Lijphart (2003), por si só não garante melhores resultados de desempenho ambiental para os países, embora Fredriksson e Wollscheid (2007) concordem que o regime democrático é melhor para o meio ambiente, os autores distinguem entre os modelos de democracia, indicando em seu trabalho que o modelo parlamentarista configura-se mais eficiente na proteção ambiental que o modelo presidencialista.

De acordo com Choucri (1993), a dificuldade operacional no campo da Ciência Política e da Política Comparada em explicar processos ambientais ocorre por três fatores, em especial: (1) a vinculação entre o meio ambiente e a política, (2) a operacionalização das políticas ambientais e (3) a dinâmica institucional. Uma das dificuldades operacionais em incorporar dimensões ambientais e políticas em pesquisas comparativas envolvendo política e meio ambiente repousa na construção metodológica de índices e indicadores que agreguem, de

forma ponderada, os atributos interdependentes de cada categoria (como associar a qualidade democrática de um país e a vitalidade de seus biomas, por exemplo).

Embora existam outros índices para avaliação da sustentabilidade ambiental de um país, como a Pegada Ecológica (do inglês *Ecological Footprint*) ou o Índice de Desenvolvimento Sustentável ou ESI (do inglês *Environmental Sustainability Index*) entre outros, procurou-se focar especialmente a dimensão política ambiental dos países através de um índice que possibilita, ao pesquisador, reunir dados quantitativos integrais de caráter sistemático e com grau de confiabilidade elevada através de dois objetivos políticos: (1) Saúde Ambiental e (2) Vitalidade dos Ecossistemas. Esse índice, que ilustrou de forma mais detida a reflexão interdisciplinar proposta neste capítulo, foi o *Environmental Performance Index* (EPI). Antes, contudo, de detalhar o desenho metodológico do EPI, consideramos pertinente rastrear as principais definições conceituais em torno da Política Comparada e do método comparativo.

O jogo democrático para o meio ambiente não é necessariamente bom ou mal. Seja pelo viés da escolha do Estado ou do Mercado, seja pela centralização ou o livre mercado: “*tais alternativas dependerão do tipo de problema, dos recursos políticos, informacionais e administrativos, da ideologia e do contexto político*” (LE PRESTRE, 2000, p. 67). O Estado não se configura como ator marginal a um problema de “falha de mercado” como são configuradas as externalidades ambientais, mas sim como ator fundamental na promoção (ou ausência) de políticas que incentivem aos atores socioeconômicos atividades econômicas mais sustentáveis e menos onerosas aos ecossistemas.

Por trás dessa indagação encontra-se a própria fonte das maiores controvérsias em torno do equilíbrio político entre Estado, Mercado e Meio Ambiente: a transversalização da matéria ambiental. Controvérsias que resultarão na própria e “conveniente ausência” da dimensão ambiental, como categoria de análise política, em pesquisas comparativas ou não. No próximo tópico, essa reflexão debruçou-se mais especialmente nas dificuldades dessa incorporação e nas saídas analíticas (já) encontradas em agendas de pesquisa da Política Comparada.

De acordo com Keohane *et. al* (1993), os estudos ambientais em Ciência Política deveriam observar os efeitos políticos institucionais e não repousar o foco analítico sobre o impacto das atividades antrópicas sobre o meio ambiente. Sua operacionalização se efetuaria pelo desempenho institucional e a eficácia das instituições seriam observadas no *continuum* entre a criação e a implementação de políticas públicas ambientais.

Por exemplo, que unidade de análise tomar em estudos comparativos? Um país? Ou um bioma? Ou de forma intercambiável, as duas unidades de análises. Essas perguntas, embora relativamente simples, remetem ao estranhamento de como melhor enquadrar num estudo comparativo entre países, por exemplos, variáveis ambientais e políticas. Em concordância direta com Andrea Q. Steiner (2011, p.147), a dificuldade operacional reside em como: “*relacionar as variáveis e processos ambientais (interações climáticas, interdependência dos ecossistemas, ciclos biogeoquímicos, biodiversidade) às questões sócio-políticas.*”

Uma das consequências da baixa integração político-institucional na questão ambiental é o estímulo às externalidades

negativas, resultado das falhas de coordenação relevantes que podem explicar a clivagem paradoxal entre aspirações e resultados quanto ao desenvolvimento sustentável (o que quer que seja esse conceito, hoje quase disforme em conformidade a sua ampla “aplicação”). A adoção dessa perspectiva é coadunada com a necessidade de considerações metodológicas pertinentes à especificidade da conexão política – meio ambiente (HOMER-DIXON, 1996; MITCHELL & BERNAUER, 1998; 2004). Mas como superar essa dificuldade metodológica, derivada de décadas de ausência de importância da questão ambiental no campo da Ciência Política e, especialmente, da Política Comparada?

Segundo Bellen (2006) a emergência da temática ambiental está acentuadamente vinculada à ausência ou baixa percepção da ligação existente entre a ação humana e suas consequências. O que leva ao foco analítico das questões ambientais do ponto de vista politológico, temática que, aos poucos, vem ganhando mais *status* e importância, ainda que: *“Isso nem sempre é tarefa fácil, dada a complexidade social do sistema político somada à complexidade ecológica dos sistemas naturais, que englobam a sociedade de maneira aninhada e interconectada”* (STEINER, 2011, p. 141). O desafio, portanto, é pensar de forma orgânica as dimensões políticas e ambientais, de forma a contemplar suas especificidades e, ainda assim, trazer o caráter interdependente de sua própria complexidade analítica.

Por exemplo, a falta de integração (a baixa sinergia) entre economia e ecologia resulta em políticas públicas que não incorporam o custo ambiental da degradação dos bens e serviços ambientais (DALY & FARLEY, 2004). De acordo com

Carneiro (2008), o meio ambiente continua, do ponto de vista das instituições e das políticas públicas, a ser tratado de forma setorial e fragmentado. Do ponto de vista ambiental, políticas ambientais pouco sinérgicas mais reparam danos (bem parcialmente) do que estimulam medidas sustentáveis ambientalmente.

Dentro desse quadro do desenho de pesquisa, tomo outra importante observação proposta por Steiner (2011, 148) quanto aos estudos em Ciência Política que incorporem o meio ambiente:

“Outra questão pertinente ao estudo das políticas ambientais é que tipo de dados será avaliado para responder as indagações da pesquisa: indicadores puramente biológicos, efeitos políticos observáveis ou uma mistura de ambos? Optar por quaisquer desses três tipos de dados traz consequências que precisam ser levadas em consideração para avaliar a viabilidade da pesquisa.”

Dispor de indicadores de forma isolada não reforça o caráter significativo para a proposta de avaliação de desempenho ambiental, ainda mais em estudos interdisciplinares envolvendo categorias como política, ecologia e economia. Quando tomados de forma correlacionada, os indicadores permitem um panorama mais adequado e significativo da eficácia das instituições e das políticas ambientais. Os indicadores podem se caracterizar por uma correlação forte ou fraca. Caso algum deles esteja presente, muito provavelmente outro estará (para o caso de correlação forte) ou se um desses indicadores encontra-se presente, outro dos indicadores não necessariamente se encontrará presente (incorrendo numa correlação fraca).

O uso de índices e indicadores políticos e ambientais, alguns mais ou menos consolidados, vem ganhando mais espaço e uso nas agendas de pesquisa interdisciplinares, especialmente quando se objetiva avaliar o panorama de degradação ambiental em biomas compartilhados entre países (como configura o bioma amazônico) ou a própria gestão de recursos naturais comuns, como atesta o trabalho de Elinor Ostrom (OSTROM, 2011). Parte desse desafio reflete a própria necessidade de se formular uma medida quantificável que contemple tanto o desempenho democrático de um país quanto a capacidade do mesmo em preservar seus bens e serviços ecossistêmicos.

Esse desafio não é nem um pouco menor do que o cuidado metodológico exigido do (a) pesquisador (a) ao selecionar indicadores empíricos que agreguem dimensões democráticas, econômicas e ecológicas, todas conectadas ao desempenho tanto político quanto ambiental, aqui tomado como um agregado que resulta na gestão política sobre os bens e serviços ambientais. O debate sobre índices e indicadores elaborados com o intuito de ultrapassar a “fronteira” eminentemente ambiental e, assim, dispor seus desenhos metodológicos de maneira integrada às dimensões da análise política, é um dos maiores (se não o maior) desafios de se buscar estudar fenômenos ambientais e políticos de maneira integrada em desenhos empíricos de natureza quantitativa.

Segundo Mitchell (1996), indicador é um instrumento que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Um indicador pode ser um dado individual ou um agregado de informações. Quanto a um índice, o mesmo revela o estado de um sistema ou fenômeno. Numa reflexão apriorística, índice

e indicador possuem o mesmo significado, ressaltando que por índice entende-se como o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem. É possível, inclusive, dizer que um índice é um indicador de alta categoria. O exercício da mensuração consiste em transformar um conceito em uma medida. No processo, o pesquisador precisa enfrentar dois grandes desafios, garantir: 1) confiabilidade e 2) validade (Blalock, 1974; King, Keohane & Verba, 1994). O primeiro diz respeito à possibilidade de a medida ser replicável, gerar resultados semelhantes casos seja reproduzida. O segundo corresponde à redução da distância entre o conceito e a medida.

Para Siche et al. (2007), um indicador pode ser um dado individual ou mesmo um agregado de informações, sendo que um bom indicador deve conter os seguintes atributos: simples de entender; quantificação estatística e lógica coerente; e comunicar eficientemente o estado do fenômeno observado. O índice é considerado como um *instrumento tanto de tomada de decisão quanto de previsão*, inferindo-o num nível superior da convergência de uma rede de indicadores ou de variáveis. Desta forma, entende-se índice como um valor numérico que representa a correta interpretação da realidade de um sistema simples ou complexo, seja ele natural, econômico ou social, derivando, em seu cálculo, bases científicas e métodos adequados.

O indicador (como variável) é a representação operacional de um atributo de um sistema, ainda que seja importante ressaltar que a variável não deve ser confundida com o próprio atributo, mas sim sua representação ou abstração (GALLOPIN,

1996). É possível, inclusive, dizer que *um índice é um indicador de alta categoria*.

Desta forma, entendemos o índice como um valor numérico que representa a correta interpretação da realidade de um sistema simples ou complexo. Por exemplo, um índice pode informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como a mudança de *status* de uma economia de alto carbono para uma economia de baixo carbono. Para o pesquisador, os indicadores seriam ferramentas fundamentais e concretas que apoiariam a maior eficiência da política pública, incorrendo tanto no fortalecimento das decisões informadas quanto na maior participação política, resultando num impulso maior ao desenvolvimento sustentável. A pressão antrópica sobre o meio ambiente demanda ferramentas analíticas que possibilitem um diagnóstico sistêmico da relação entre ecologia, economia e a política.

Segundo Quiroga (2001, p. 09), os indicadores de desenvolvimento sustentável podem ser interpretados como um sistema de sinais que: *“facilitan evaluar el progreso de nuestros países y regiones hacia el desarrollo sostenible.”* Para o pesquisador, os indicadores seriam ferramentas fundamentais e concretas que apoiariam a maior eficiência da política pública, incorrendo tanto no fortalecimento das decisões informadas quanto na maior participação política, resultando num impulso maior ao desenvolvimento sustentável. Segundo Van Bellen (2004, p.69): *“os mais variados especialistas da área de meio ambiente afirmam que uma ferramenta de avaliação pode ajudar a transformar a preocupação com a sustentabilidade em uma ação pública consistente.”*

O uso de indicadores é operacional quando dispostos como interpretações que auxiliam na disposição de uma dada questão, contribuindo para: “*a transformação de questões em problemas, principalmente quando revelam dados quantitativos, capazes de demonstrar a existência de uma situação que precisa de atenção*” (CAPPELA, 2007, p. 90). É interessante, também, a observação de que:

Os indicadores comumente utilizados, como o produto nacional bruto (PNB) ou as medições das correntes individuais de contaminação ou de recursos, não dão indicações precisas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação da interação entre diversos parâmetros setoriais do meio ambiente e o desenvolvimento são imperfeitos ou se aplicam deficientemente. É preciso elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis, e que contribuam a uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do meio ambiente e o desenvolvimento” (UNITED NATIONS, 1992).

Por fim, consideradas essas breves observações sobre a caracterização de índices e indicadores, especialmente desenhados no objetivo de auxiliar na avaliação comparativa, o objetivo do próximo tópico foi discorrer sobre a operacionalização do EPI associado a um índice de outra natureza epistêmica. E dado que o próprio EPI foi desenvolvido para avaliar a sustentabilidade relativa entre os países, nada melhor que visualiza-lo

de maneira integrada a um índice cujo intuito é medir a qualidade democrática de um país.

Como Medir Qualidade Democrática e Desempenho Ambiental?

O EPI compõe-se de uma série de 25 indicadores, cujo método empregado para efeito de cálculo foi o de uma *meta aproximada*. Por exemplo, o indicador de *emissões per capita* é definido a partir de uma meta estabelecida para o mesmo, fundamentado em indicadores de natureza quantitativa para mensurá-lo e, assim, calcula-se a distância existente entre, de um lado, o cenário efetivamente mensurado em dado país e, do outro lado, a meta anteriormente estabelecida. Considera-se que o EPI tenha uma vantagem considerável do ponto de vista da formulação e da avaliação de políticas públicas: dada a análise de cada respectivo indicador, seria possível a fixação de metas anuais com o objetivo de atingir um índice de desempenho em cada dado indicador.

Como consequência, a operacionalização do EPI forneceria o desenvolvimento de um mosaico de ações, cujas metas quantitativas possibilitariam a um país atingir um elevado número de pontos (85 pontos, por exemplo, sendo 100 a pontuação máxima e 0 o correspondente mínimo) no índice agregado de desempenho ambiental ou 85% de realização da meta de desempenho ambiental almejada em um relativo período de tempo.

Desta forma, como ressaltaram os criadores do EPI (EPI, 2008), as políticas públicas ambientais deteriam indicadores mais transparentes, técnicos e quantitativos, para efeito de

avaliação do desempenho ambiental específico de cada ação, possibilitando a produção de informação e dados e, indubitavelmente, resultados gerais, permitindo um quadro de fixação de metas de desempenho. O EPI, demonstrando metas de desempenho ambiental claramente definidas, possibilita uma mensuração adequada para efeitos de políticas públicas mais consistentes.

O desenho operacional do EPI possui uma configuração inicial que envolve o cálculo de indicadores ambientais em oito cenários fundamentais das políticas públicas ambientais: (i) efeito do ambiente nas doenças; (ii) água potável e saneamento; (iii) qualidade do ar na saúde; (iv) poluição do ar em ecossistemas; (v) recursos hídricos; (vi) biodiversidade e habitat; (v) recursos florestais; (vi) recursos pesqueiros; (vii) recursos agrícolas; (viii) mudança do clima. Agregam-se os oito cenários fundamentais das políticas públicas ambientais em torno dos dois macros objetivos políticos, (1) Saúde Ambiental e (2) Vitalidade dos Ecossistemas, gerando, por fim, com a média desses dois grupos de indicadores, o EPI.

O índice, como recurso quantitativo, foi desenvolvido com o intuito de avaliar a sustentabilidade relativa entre os países. Os 25 indicadores que compõem o EPI, dentro dos objetivos políticos de Saúde Ambiental e Vitalidade dos Ecossistemas, possuem suas diretrizes a partir de metas adotadas em regimes ambientais internacionais e/ou por consenso científico, possibilitando uma constância entre países, o que se configura fundamental para a credibilidade e aceitação do EPI como recurso no processo decisório de políticas públicas ambientais.

O desenho operacional do EPI possui uma configuração inicial que envolve o cálculo de indicadores ambientais em oito cenários fundamentais das políticas públicas ambientais: (i) efeito do ambiente nas doenças; (ii) água potável e saneamento; (iii) qualidade do ar na saúde; (iv) poluição do ar em ecossistemas; (v) recursos hídricos; (vi) biodiversidade e habitat; (v) recursos florestais; (vi) recursos pesqueiros; (vii) recursos agrícolas; (viii) mudança do clima. Agregam-se os oito cenários fundamentais das políticas ambientais em torno dos dois macro-objetivos políticos, (1) Saúde Ambiental e (2) Vitalidade dos Ecossistemas, gerando, por fim, com a média desses dois grupos de indicadores, o índice que, quanto mais próximo de 100, denota maior desempenho ambiental de um país (EPI, 2012).

A operacionalização do EPI forneceria o desenvolvimento de um mosaico de ações, cujas metas quantitativas possibilitariam a um país atingirem um elevado número de pontos (85 pontos, por exemplo) no índice agregado de desempenho ambiental ou 85% de realização da meta de desempenho ambiental almejada em um relativo período de tempo. Desta forma, como ressaltaram os criadores do EPI, as políticas ambientais deteriam indicadores mais transparentes, técnicos e quantitativos, para efeito de avaliação do desempenho ambiental específico de cada ação, possibilitando a produção de informação e dados e, indubitavelmente, resultados gerais, permitindo um quadro de fixação de metas de desempenho.

O EPI, demonstrando metas de desempenho ambiental claramente definidas, possibilita uma mensuração adequada para efeitos de políticas públicas mais consistentes. Nesse sentido, o perfil do EPI é de um índice de *performance*,

enquadrando-se como ferramenta para efeito comparativo que se caracteriza por indicadores descritivos e referências a objetivos políticos específicos que fornecem aos *decision makers* informações sobre o grau de sucesso em atingir metas locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais (HARDI & BARG, 1997).

O *Environmental Performance Index* foi desenvolvido com o intuito de avaliar a sustentabilidade relativa entre os países. Os 25 indicadores que compõem o EPI, dentro dos objetivos políticos de Saúde Ambiental e Vitalidade dos Ecossistemas, possuem suas diretrizes a partir de metas adotadas em regimes ambientais internacionais e/ou por consenso científico, possibilitando uma constância entre países, o que se configura fundamental para sua credibilidade e aceitação como recurso no processo decisório de políticas ambientais.

Como um índice, o EPI figura como um *instrumento tanto de tomada de decisão quanto de previsão*, inferindo-o num nível superior da convergência de uma rede de indicadores ou de variáveis, caracterizando-se pela funcionalidade analítica adequada para análise do quadro ambiental de um país como o Brasil e outros países com perfis ambientais e econômicos semelhantes.

Como já reforçamos ao longo do capítulo, a associação entre índices de natureza, alcance e objetivos distintos como os elaborados para mensurar crescimento econômico, comportamento eleitoral ou perda de biodiversidade, demanda uma reflexão e operacionalização cuidadosa. Essa operacionalização foi realizada em publicação recente, por Rodrigues *et. al* (2015), ao investigar a associação entre o nível de democracia

dos regimes políticos e o melhor desempenho ambiental de 130 países, instrumentalizado pelo uso do *Democracy Index*³ e do EPI. Para tanto, neste estudo foi utilizada estatística descritiva, análise de variância e análise de regressão linear simples e múltipla.

Tabela-1: Estatística Descritiva de Qualidade Democrática e Desempenho Ambiental para

2012						
Índices	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação (%)
Desempenho Ambiental	130	25,32	76,69	53,04	9,85	18
Índice de Democracia	130	1,60	9,90	5,87	2,15	36

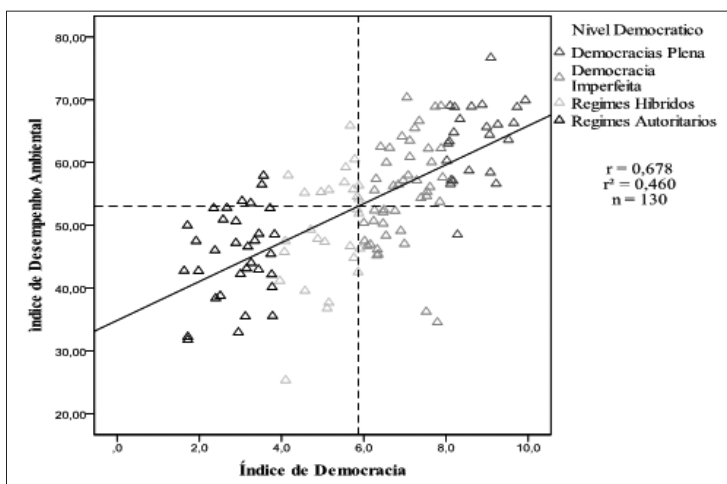
Fonte: Rodrigues et al. (2015).

Nenhum dos 130 países atingiu a pontuação máxima, quer seja em desempenho ambiental, quer seja em nível de democracia (100 e 10, respectivamente). Da mesma forma, nenhum deles registrou o teto mínimo (0). No entanto, a variação foi maior no índice de democracia (36% vs. 18%). Ou seja, os países são mais heterogêneos quanto ao nível de democracia dos seus regimes de governo. Esses dados dizem pouco sobre a

3. Metodologicamente, foi construído em uma escala de zero a dez, e é composto por 60 indicadores agrupados nas cinco categorias supracitadas e cada um delas também está na escala de zero a dez, sendo o valor final do índice uma média aritmética. Após identificar a pontuação de cada país, eles são agrupados em quatro grupos de regimes: (1) Democracias Plenas de 8 a 10 pontos; (2) Democracias Imperfeitas de 6 a 7,9 pontos; (3) Regimes Híbridos de 4 a 5,9 pontos; e (4) Regimes Autoritários com menos de 4 pontos.

relação entre os dois índices. Para esse fim, os autores produziram um gráfico de dispersão formado pelos dois índices.

Gráfico 01 – Nível de Democracia versus Desempenho Ambiental (2012)



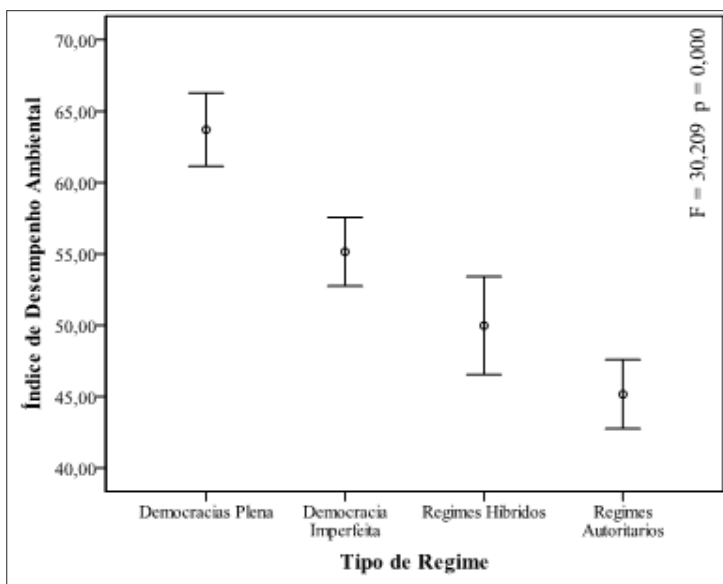
Fonte: Rodrigues *et al.* (2015).

Houve uma correlação significativa de magnitude moderada ($0,678 \text{ } p < 0,000$) entre as variáveis⁴. Sem instituir nenhum controle, verificou-se que 46% da variância do índice de desempenho ambiental é explicada pelo índice de democracia. Apenas uma democracia plena (Malta) esteve abaixo da média do desempenho ambiental. Contrariamente, 88,23 % dos países autoritários registraram índices de desempenho ambiental abaixo da média. Isso correspondeu a 46,87 % dos países que registraram condição semelhante. Uma análise mais cuidadosa

4. Os autores usaram a classificação de magnitude de coeficiente de correlação de Dancey e Reidy (2005).

revelou que houve uma forte variação do índice de desempenho ambiental dentro de cada tipo regime. No limite, essa variação pode anular a diferença entre as médias dos grupos⁵. Para afastar essa dúvida, foi realizada uma análise de variância reportada por gráficos e tabelas a seguir.

Gráfico 02 – Índice de Desempenho Ambiental *versus* Regimes Políticos (2012)



Fonte: Rodrigues *et al.* (2015)

A análise de variância evidenciou a diferença entre as médias ($F = 30,209$ $p = 0,000$). Como esperado, o grupo com a maior média foi composto por países com regimes de democracia plena (63,70) seguido daqueles de Democracia Imperfeita

5. Outra possível consequência dessa configuração é a violação do pressuposto da homocedasticidade, ou seja, a exigência de que a distribuição dos resíduos no modelo de regressão linear tenha média zero e variância constante.

(55,15), de Regimes Híbridos (49,65) e por fim de Regimes Autoritários (45,28). Apenas a diferença entre as médias do grupo de Regimes Híbridos e Autoritários não apresentou significância estatística. Em resumo, o teste forneceu uma evidência a favor da hipótese de que o nível de democracia afeta positivamente a qualidade ambiental.⁶

O baixo desempenho de indicadores de governabilidade democrática resulta em menor proteção político-institucional dos recursos naturais bióticos e abióticos, renováveis e não renováveis. A democracia exerce um efeito positivo e significativo sobre a proteção dos recursos naturais. Neste sentido, países com elevados níveis de corrupção tendem a ter baixos níveis de desempenho ambiental e países com baixos níveis de corrupção tendem a ter altos níveis de desempenho ambiental (EPI, 2011).

A operacionalização da relação existente entre um índice de democracia (*Democracy Index*) e um índice de desempenho ambiental (*Environmental Performance Index*), mostrou-se fértil, ainda que a natureza e composição de seus índices e indicadores constituam-se de ordem diversa. No próximo e último tópico, mostramos a construção de um desenho de pesquisa interdisciplinar, com especial atenção na seleção de índices e indicadores tanto de caráter ambiental quanto político e econômico para um estudo comparativo.

6. Neste estudo, a relação entre nível de democracia e desempenho ambiental se manteve, mesmo em meio a países pobres, de baixo crescimento econômico, com altos níveis de desigualdade, governado por sistemas presidencialistas e, com alguma ressalva, latino-americanos.

Qualidade Democrática e Desempenho Ambiental: exemplo de um projeto de pesquisa interdisciplinar

Ao brevemente revisarmos a literatura científica que se debruçou sobre o desafio de estudar democracia e meio ambiente operacionalizando o debate com um estudo empírico sobre o uso de índices de natureza epistêmica diversa, um de caráter ambiental e outro de natureza política, o intuito foi ilustrar a operacionalização do método comparativo para efeito de avaliação da interdependência entre fenômenos ecológicos, econômicos e políticos. Segundo Gerring (2007), esse tipo de abordagem é adequado para observar como operam os mecanismos causais e para criar novas hipóteses para explicação dos fenômenos em análise, algo que encaramos como alicerce da pesquisa interdisciplinar.

Nesse mesmo sentido, pretendemos agora apontar outro exemplo, especificamente um modelo de estudo exploratório-descritivo envolvendo as dimensões ambiental, econômica e política. Exploratório porque a ideia é se manter aberto a redefinição de conceitos e estratégias de análise e descritivo porque parte de uma série de hipóteses e questões previamente definidas.

Para exemplificar uma abordagem comparativa e de caráter interdisciplinar, adotamos para ilustração o desenho de pesquisa do projeto “Mais *accountability*, maior sustentabilidade? Investimento estrangeiro direto e o controle democrático no licenciamento ambiental em mineração na Amazônia brasileira, colombiana e peruana (2006 – 2012)”⁷, sob coordenação do

7. Projeto de pesquisa aprovado no edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES nº 43/2013

Prof. Dr. Diego Freitas Rodrigues. Contudo, para efeito de ilustrar de forma mais adequada o alcance do tema de pesquisa, trataremos a comparação com um N mais robusto, especialmente contemplando um número maior de países.

Para o desenvolvimento de um trabalho científico, é fundamental ter em mente uma pergunta de pesquisa que, no caso do projeto, demanda um grau maior de interdisciplinaridade devido ao próprio tema que comporta (os impactos ambientais e sociais da mineração): Qual o impacto do investimento estrangeiro direto na sustentabilidade ambiental?

Dada a pergunta de pesquisa, a premissa que orientou o desenho da pesquisa foi relativamente simples: diferenciar o *status* da correlação entre investimento estrangeiro direto e sustentabilidade ambiental pelo grau de institucionalização de mecanismos de controle democrático no licenciamento ambiental em mineração. Claramente, a pesquisa busca investigar como a *accountability*, o investimento estrangeiro direto e a sustentabilidade ambiental se associam. Neste sentido, a hipótese principal que orientou o desenho de pesquisa é que sob níveis de *accountability* mais baixos, o investimento estrangeiro direto tem efeito negativo na sustentabilidade ambiental.

Para uma pesquisa dessa natureza que operacionaliza indicadores quantitativos de caráter ecológico, social e econômico, a metodologia mista é instrumentalizada via um exercício de comparação, necessariamente amparado numa base de dados multivariados, cujo objetivo foi analisar a correlação positiva entre a maior recepção de investimento estrangeiro direto (IED) na exploração de recursos naturais como mineração e uma maior degradação e baixa compensação ambiental.

Portanto, identificamos uma variável independente (IED em mineração), uma variável dependente (sustentabilidade ambiental) e uma variável interveniente (*accountability*). Dentre elas, a mais simples de mensurar é a primeira, operacionalizada a partir do volume de recursos estrangeiros direcionados a atividades de extração de minérios. Entretanto, a sustentabilidade ambiental exigirá um pouco mais de trabalho para mensuração, dado que o conceito é abstrato (e passível de críticas) intentou-se mensurá-lo por meio de duas estratégias: 1) classificação e 2) quantificação. Na primeira, utiliza-se uma metodologia mista (quanti-quali). Precisamente, combina-se a análise do *Environmental Performance Index*, já operacionalizado como um exemplo anterior neste mesmo capítulo, com a interpretação de dados qualitativos. Esses dados podem, por exemplo, ser extraídos das auditorias ambientais promovidas pelas instituições de controle ambiental, somando-se a pesquisa documental relativa às licenças ambientais no quantitativo de países selecionados. Essas informações, portanto, devem fornecer os parâmetros para classificação da sustentabilidade ambiental em cada país.

A segunda estratégia é fundamental para a operacionalização interdisciplinar envolvendo fatores ecológicos e sociais (que permitem avaliar o aumento ou redução de conflitos ecológicos distributivos num país ou região, dependendo do intuito da pesquisa) consiste em reduzir três indicadores a um fator, quais sejam: (1) taxa de desmatamento, (2) número de conflitos socioambientais relativos a atividades de mineração nos países (3) proporção de ecossistemas frágeis protegidos. Para essa operação, a redução dos dados deve ser realizada via Análise Fatorial de Componentes Principais (AFCP). De acordo com

King (2001) o objetivo da AF: “*é gerar fatores subjacentes não observados*” (KING, 2001, p. 682).

Como comentamos anteriormente, para uma avaliação mais completa de uma hipotética associação como a configurada como exemplo (sob níveis de *accountability* mais baixos, o investimento estrangeiro direto tem efeito negativo na sustentabilidade ambiental) é importante ampliar o número de casos. As razões são tanto teóricas quanto metodológicas e podem ser discriminadas desta forma: 1) ajuda a referenciar o desempenho ambiental dos três países num quadro mais geral e 2) para atender a exigência do número mínimo de casos adequado para a AFCP, respectivamente.

Observamos que a técnica é adequada para reduzir um conjunto de variáveis a fatores que corresponde à versão empírica de determinado fenômeno (HAIR, 2005). Para Figueiredo e Silva (2010), a técnica oferece vantagens frente a simples escolha de um *proxy* para representação do fenômeno em análise. Seja como for, espera-se que os três indicadores apresentem altas comunalidades com o fator gerado e todos contribuam positivamente para criação da mesma dimensão⁸.

Por fim, técnica semelhante deve ser utilizada para operacionalizar a variável interveniente (*accountability*). Vale lembrar aqui que o objetivo é identificar o nível de responsabilização dos agentes envolvidos com atividades de mineração no conjunto de países analisados.

Para tornar mais didática a exposição da metodologia, resumimos o desenho nosso desenho de pesquisa na tabela 2:

8. Versão para definição desse e outros conceitos ver Hair (2005); Blalock, 1984; Zeller e Carmines (1980). Para uma abordagem intuitiva ver Figueiredo e Silva (2010).

Tabela 02 – Desenho de Pesquisa

População	Região: Países da América Latina.
Pergunta	Qual o impacto do investimento estrangeiro direto na sustentabilidade ambiental?
Hipótese	Sob níveis de accountability mais baixos, o investimento estrangeiro direto tem efeito negativo na sustentabilidade ambiental.
Variável Dependente	Sustentabilidade Ambiental 1: classificação resultante da interpretação conjunta do Environmental Performance Index com outros dados qualitativos. Sustentabilidade Ambiental 2: fator construído a partir dos indicadores: (1) taxa de desmatamento, (2) número de conflitos socioambientais relativos a atividades de mineração nos países (3) proporção de ecossistemas frágeis protegidos.
Variável Independente	Investimento Estrangeiro Direto: volume de recursos estrangeiros direcionados a atividades de extração de minérios.
Variável Interveniente	Accountability - fator construído a partir das variáveis: (1) quantidade de projetos de mineração licenciados ou em processo de licenciamento ambiental, (2) auditorias ambientais operacionais realizadas por órgãos de licenciamento ambiental e (3) resultado das auditorias realizadas.
Variável de Controle	Preço de commodities minerais - valor de mercado de commodities minerais no período analisado.
Técnicas	Análise Descritiva, Análise Fatorial de Componentes Principais; Análise de Variância.

Fonte: Rodrigues (2016)

Em outros termos, da forma como se desenhou a pesquisa, objetivou-se dimensionar a capacidade dos Estados efetivarem políticas que evitem passivos ambientais nesse setor. Para mensurar essa capacidade, é possível construir um fator a partir de três variáveis: (1) quantidade de projetos de mineração licenciados ou em processo de licenciamento ambiental, (2) auditorias ambientais operacionais realizadas por órgãos de licenciamento ambiental e (3) resultado das auditorias realizadas. Novamente, espera-se que as quatro variáveis apresentem altas comunalidades com o fator gerado e todos contribuam positivamente para criação da mesma dimensão. Por fim, o “preço de *commodities* minerais” deve ser utilizado como uma variável de controle. Afinal, a atuação dos órgãos de gestão ambiental pode sofrer influência/pressão dada oscilação (no tempo e no espaço) do preço do produto extraído.

Considerações Finais

Primeiramente, apreendeu-se que a Política Comparada passou por consideráveis mudanças em seus matizes teóricos e metodológicos durante as últimas décadas. Identificou-se, no trânsito entre os diversos autores realizados no capítulo, que a Política Comparada, enquanto campo da Ciência Política deixou de ser correlacionada por meio de seu objeto e sim através de seu método. A Política Comparada é um campo não necessariamente paradigmático e, embora ocorra concordância, essa concordância é identificada tanto no processo de classificações dos métodos de pesquisa científica quanto na proximidade das estratégias comparativas. Entretanto, é bom frisar, as divergências abundam no campo da Política Comparada.

É possível identificar algumas delas, por exemplo, na própria concepção científica do campo e quanto aos objetivos dos exercícios comparativos bem como a necessidade do procedimento metodológico do estudo de caso (nas suas diversas possibilidades de aplicação) na Política Comparada. Outro ponto interessante para acréscimo avaliativo final refere-se às estratégias metodológicas quantitativa e qualitativa, muitas vezes dispostas, erroneamente, como contrapontos.

A utilização de índices e indicadores para avaliação de políticas é um recurso otimizador para o pesquisador comparativista. Otimizador no sentido de que possibilita, através de inferências quantitativas oriundas de indicadores de políticas comuns um cabedal comparativo denso e consistente, possibilitando ao pesquisador comparar o nível de desenvolvimento humano com o nível de percepção de corrupção e estabilidade política em uma série de países, averiguando a consistência de significância explicativa das variáveis elencadas para efeito de estudo. O EPI é um recurso otimizador nesse sentido para efeito comparativo de políticas públicas ambientais, ainda que o alerta de Stuart Mill sobre efeitos comparativos, através do método da concordância ou diferença, seja especialmente condizente.

Podemos dizer que o EPI possui tanto pontos fortes quanto pontos fracos na sua constituição metodológica. Três pontos que consideramos fortes na sua constituição é (1) o número significativo e consistente de variáveis ambientais trabalhadas, (2) por não exigir como suporte metodológico um tipo de valoração monetária, seu grau de questionamento metodológico é acentuadamente menor e, (3) sua característica de índice padronizado que possibilita um grau mais consistente de comparação entre países.

Do outro lado, o EPI caracteriza-se por três pontos considerados fracos na sua constituição, que seriam (1) o grau de confiabilidade dos dados, especialmente quando dispostos num exercício comparativo com outros países, (2) ao mesmo tempo que o número de variáveis é positivo, traz consigo certa dificuldade de aplicação pelos formuladores de políticas públicas cujos países tenham base de dados deficientes e, como consequência, (3) a reduzida possibilidade de reflexão de problemas locais, no qual determinado elemento (poluição do ar) tenha mais relevância que outro (desertificação).

Como ressaltado anteriormente, um índice atua como uma fotografia. O EPI, podemos dizer que – como índice de *performance* - possui tanto pontos fortes quanto pontos fracos na sua constituição metodológica e por isto, julga-se importante, neste momento, um aparte ao debate sobre desempenho ambiental brasileiro e dispor alguns parágrafos para comentar os aspectos positivos e negativos desse índice de performance operacionalizado neste trabalho para efeito de análise da gestão de políticas ambientais no Brasil.

Três pontos que consideramos fortes na constituição do EPI são: (1) o número significativo e consistente de variáveis ambientais trabalhadas, (2) por não exigir como suporte metodológico um tipo de valoração monetária, seu grau de questionamento metodológico é acentuadamente menor e, (3) sua característica de índice padronizado que possibilita um grau mais consistente de comparação entre países.

Do outro lado, o EPI caracteriza-se por três pontos considerados fracos na sua constituição, que seriam (1) o grau de confiabilidade dos dados, especialmente quando dispostos num

exercício comparativo com outros países, (2) ao mesmo tempo que o número de variáveis é positivo, traz consigo certa dificuldade de aplicação pelos formuladores de políticas públicas cujos países tenham base de dados deficientes e, como consequência, (3) a reduzida possibilidade de reflexão de problemas locais, no qual determinado elemento (poluição do ar) tenha mais relevância que outro (desertificação).

Já quanto ao exemplo de um desenho de pesquisa interdisciplinar que absorva o uso de índices e indicadores de natureza diversa (como índices de desempenho ambiental e qualidade democrática e seus respectivos indicadores) pudemos observar o cuidado necessário em delimitar claramente a pergunta de pesquisa e as variáveis dependente e independente, assim como as variáveis de controle e interveniente de maneira ponderada entre os atributos do objeto de pesquisa.

Em suma, a proposta do desenho de pesquisa apresentado, que consideramos parte de uma agenda de pesquisa interdisciplinar em desenvolvimento no Brasil, consistiu em indicar a relação entre IED em mineração e sustentabilidade ambiental em ambientes de diferentes níveis de *accountability*. Cada país/ano entra como uma unidade de análise distinta sendo agrupada pelo nível de atuação dos órgãos gestores da política ambiental, conforme dito anteriormente. Neste sentido, diante da pergunta de pesquisa e das variáveis determinadas para análise de variância com o intuito de testar as diferenças entre países da América Latina, por exemplo, espera-se que a sustentabilidade seja significativamente mais baixa e o volume de IED em mineração alto em países/ano com baixos níveis de *accountability*.

Referências Bibliográficas

BILL, J. A.; HARDGRAVE JR., R. L. **Comparative politics: the quest for theory**. Columbus; Charles Merrill Rd, 1973.

COLLIER, D. “El método comparativo: dos décadas de cambios” In SARTORI, G; MORLINO, L. (orgs.). **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, p. 51 – 80, 1994.

DANCEY, C. P. & REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ENVIRONMENTAL PERFORMANCE INDEX. Summary for Policy Makers. Disponível em <http://epi.yale.edu> Último acesso em 27 de Julho de 2015.

FREDRIKSSON, P. G; WOLLSCHIED, J. R. “Democratic institutions versus autocratic regimes: The case of environmental policy”. **Public Choice**. Volume 130, Issue 3, pp 381-393, 2007.

GERRING, J. **Social Science Methodology: A Criterial Framework**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

KING, G.; KEOHANE, R. & VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton, Princeton University Press, 1994.

LICHBACH, M. I. & ZUCKERMAN, A. S. “Research Traditions and Theory in Comparative Politics: an introduction” in

LICHBACH, Mark I. & ZUCKERMAN, Alan S. **Comparative Politics: rationality, culture and structure**. p.03-16, 1997.

LIJPHART, A.. “Comparative politics and the comparative method.” **American Political Science Review**. V. 65, p. 6682 – 6693, 1971.

KATO, J. “Institutions and rationality in politics: varieties of neo institutionalists”. **British Journal of Political Science**, vol. 26: p. 553-582, 1996a.

_____. Path Dependency As a Logic of Comparative Studies: Theorization and Application. **Paper presented at Annual Meeting of American Political Science Association (APSA)**, San Francisco, August/September, 1996b.

KATZNELSON, I. “Structure and Configuration in Comparative Politics” In LICHBACH, M. I. & ZUCKERMAN, A. S. **Comparative Politics: rationality, culture and structure**, p. 81-112, 1997.

QUIROGA, R. M. **Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas**. División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

REBOUÇAS, G. M. , LEITE, M. F. , MARQUES, V. T. . Pesquisa comparativa em ciências sociais e humanas: um panorama de seus usos. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 5, p. 21-32, n. 2016.

SARTORI, G. **A Política: lógica e método nas Ciências Sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SICHE, J. R.; ORTEGA, E. O Índice de Sustentabilidade Emergético como ferramenta para avaliar a sustentabilidade dos países da América Latina. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA**, 2., 2005, Campinas. Anais. Campinas: UNICAMP, 2005. Disponível em: <http://www.correi.unicamp.br/CT/resul_trbs.php?cod=214>. Último acesso em 12 novembro de 2009.

STEINMO, S; THELEN, K. & LONGSTRETH, F. **Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

THELEN, K; STEINMO, S. “Historical Institutionalism in Comparative Politics”. In: STEINMO, S; THELEN, K; LONGSTRETH, F. (eds.). **Comparative Analysis**. New York: Cambridge University Press, 1992.

THELEN, K. “Historical Institutionalism in Comparative Politics”. **Cuadernos del CIDE**, número 91, 1998.

VAN BELLEN, H? M. “Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação”. **Ambiente e Sociedade**. vol.7, n.1, p. 67-87, 2004.

CAPÍTULO 2

**ANÁLISE DO DISCURSO E
ABORDAGEM COMPARATIVA:
COMPREENSÃO DOS POPULISMOS
NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DA
PERSPECTIVA DE ERNEST LACLAU**

Este capítulo propõe uma inflexão distinta dos demais que compõem esse livro. Objetiva demonstrar como um fenômeno político de alta complexidade- o populismo- foi enfrentado pelo historiador argentino fundador do Programa de Ideologia e análise de Discurso da Universidade de Essex Ernest Laclau em sua obra seminal *Política e ideologia na Teoria Marxista. Capitalismo, Fascismo e Populismo*, publicada no Brasil em 1978. Neste livro Laclau mobilizou uma série de conhecimentos interdisciplinares, com o auxílio da perspectiva comparativa, para definir esse fenômeno político que até então era tratado por economistas, sociólogos, cientistas políticos, historiadores como efeito *perverso* da transição das sociedades tradicionais para as modernas, com ênfase nas transformações econômicas. Portanto, a escolha dessa obra justifica-se para demonstrar como a perspectiva comparativa pode ser útil para a

compreensão de fenômenos complexos e para sua definição conceitual, questões importantes que perpassam qualquer pesquisa de natureza interdisciplinar.

O conceito de populismo e as possibilidades da pesquisa comparativa

A comparação é um método de controle, e a partir dele é possível verificar “se uma generalização (regularidade) corresponde com os casos aos quais se aplica”. (SARTORI, MORLINO, 1991, p. 31). Entretanto, nem tudo pode ser comparado, pois certas condições são necessárias o que faz com que o pesquisador utilize parâmetros que possam ser comparáveis entre os casos, e utilize categorias de análise derivadas de alguma teoria geral, ou algum esquema conceitual generalizante (SARTORI, MORLINO, 1991). Portanto, ao empreender uma pesquisa comparativa, deve ter cuidado ao escolher os casos que possam ser comparáveis.

Conforme Sartori e Morlino (1991), as comparações que interessam são aquelas entre casos que numa parte possuem propriedades compartilhadas, e de outra parte não possuem propriedades similares. Sartori e Morlino (1991) chamam a atenção ao perigo que pode ocorrer nas pesquisas comparativas, como o paroquialismo, o gradualismo e os conceitos muito amplos. O primeiro diz respeito às más classificações providas de teorias que não se encaixam ao caso analisado, o segundo refere-se ao grau de diferenças ou similitudes analisadas da mesma maneira, e o último, e o que particularmente interessa numa comparação dos conceitos explicativos do populismo; é a questão do alargamento dos conceitos, ou seja, o

conceito é tão abrangente que todos os casos podem ser incluídos, ou o contrário, tão limitado que se aplica apenas a uma situação singular.

Conforme Laclau (1978, p.149): “populismo é um conceito evasivo e recorrente” e por isso, na literatura das Ciências Humanas, ele é um fenômeno indeterminado, pois alguns o postulam como um movimento e outros enquanto uma ideologia, além do que não tem uma fronteira determinada, um limite que o identifique enquanto tal. As soluções que Sartori e Morlino(1991) apontam para não cairmos nos problemas relatados anteriormente, como o paroquialismo, o gradualismo, e a amplitude dos conceitos, encaixam com as constatações de Laclau (1978) sobre o populismo; que é estabelecer os limites da comparação, que se traduz no fato, de estabelecer que algo seja comparado com outro caso e em que aspecto. Ou seja, estabelecer qual estratégia comparativa se deve adotar, isto é, em contextos muito similares, buscar as diferenças e naqueles que são diferentes procurar pelas semelhanças, pois o “ideal é encontrar entidades similares em todas as variáveis, exceto em uma, é dito, exceto naquela variável que nos interessa investigar” (SARTORI, MORLINO, 1991, p. 40).

Nesse sentido, para analisarmos o populismo teríamos que partir de uma definição clara de sua natureza e de seus limites, pois; segundo Laclau (1978) as explicações sobre o populismo residem em duas concepções, aquelas que postulam que o fenômeno só existe em certas bases sociais precisas, e entre aquelas que colocam o populismo como tendo traços comuns com fenômenos políticos diferentes como o maoísmo, o nazismo, o peronismo, etc.

Laclau identifica quatro enfoques interpretativos do populismo. O primeiro considera o populismo como “a expressão típica de uma determinada classe social, e caracteriza, por conseguinte, tanto o movimento como sua ideologia” (LACLAU, 1978, p.151). Assim, seja qual caso concreto que se queira analisar, o populismo será atribuído a uma determinada classe social diferente, e no caso de comparação entre vários casos; eles terão um elemento comum, o populismo, e, portanto, sua especificidade terá que ser procurada fora⁹. Como também ao se restringir o uso do conceito a uma base social similar, o campo de análise será deslocado do populismo, para a análise das diferenças dos movimentos sociais diversos.

A segunda concepção do populismo é aquela que Laclau (1978) qualifica como de um *nihilismo teórico*, pois, nessa concepção o populismo é destituído de conteúdo, e as análises do populismo enquanto tal são feitas a partir das composições de

9. Conforme Laclau (1978): “Esse tem sido, como veremos o procedimento típico através do qual se tem escamoteado a especificidade do populismo. Esse procedimento normalmente se realiza, em três etapas: 1. partindo de uma percepção inicial, intuitiva, do populismo constituindo um traço comum compartilhado por movimentos políticos bem diferentes, determina-se a priori que a explicação desse traço se situa nas bases sociais desses movimentos; 2. em consequência, os movimentos populistas concretos são então analisados e no decorrer dessa investigação produz-se singular transposição de sentido: o populismo deixa de ser considerado um traço comum a vários movimentos para se transformar em um conceito sintético que define ou simboliza o conjunto de traços característicos do movimento analisado; 3. daí por diante, sempre que se queira voltar a definir o que é específico no populismo, o único caminho será em vez de isolar um traço comum a vários movimentos como tais e procurar estabelecer o que têm em comum, através de um procedimento tipicamente empirista de abstração/generalização. Porém, como afirmamos esta tentativa não leva muito longe, pois os chamados movimentos populistas diferem fundamentalmente entre si. Em consequência, o que normalmente se faz é continuar a falar em populismo sem defini-lo - o que nos trás de volta ao ponto de partida” (pág. 152).

classes sociais. Desse modo, a análise “dos fundamentos da classe de todo o movimento constitui a chave para desvendar sua natureza” (LACLAU, 1978: 152). Laclau (1978) questiona até que ponto a análise classe pode explicar o fenômeno do populismo. Para ele essa tentativa é impossível, porque o populismo não é uma experiência analítica, mas uma experiência composta de bases sociais totalmente divergentes.

A terceira concepção do populismo, segundo Laclau, restringe o termo populismo à caracterização de uma ideologia. As características dessa ideologia são o *anti-status quo*, a desconfiança nos políticos tradicionais, o apelo ao povo e não às classes, etc. Esse complexo ideológico seria adotado pelos movimentos sociais de bases diversas, conforme processos históricos concretos, e desse modo, portanto, qualquer pressuposto geral é impossível de formular. Para Laclau (1978) esse tipo de análise contribuiu para elucidar como as formas de populismo têm se revestido, mas apresenta insuficiências, tais como: os traços característicos da ideologia populista são apresentados de uma forma descritiva; ignorando o que constitui a peculiaridade do populismo, e não define o que o papel estritamente populista desempenha em uma mobilização social determinada.

A quarta concepção do populismo é uma abordagem funcionalista. Esta abordagem trata o populismo como “um fenômeno aberrante, produzido pela assincronia nos processos de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial” (LACLAU, 1978, p. 153) Esta abordagem, é a mais sistematizada e mais coerente, pois foram explicações advindas dos teóricos da modernização, como Octávio Ianni, Gino Germani, Torcuatto Di Tella; especificamente para explicar o

populismo na América Latina. Na América Latina, expõe Laclau (1978), todo esse processo foi bem mais profundo, pois os elementos tradicionais juntam-se com os novos elementos da sociedade industrial, que se traduzem no que Germani chamou de *efeito de demonstração* e *efeito de fusão*. O primeiro refere-se aos novos hábitos e mentalidades da sociedade moderna que se difundem pelas zonas atrasadas, e o segundo refere-se às novas ideologias e atitudes da etapa avançada quando são incorporadas num contexto atrasado tendem a reforçar as características tradicionais. Portanto, na América Latina, esses efeitos, mais as assincronias existentes unem-se para produzir na vida política a “impossibilidade de uma mobilização realizada através da integração” (LACLAU, 1978, p. 156). A consequência desse processo é o contrário do que ocorreu na Europa, na América Latina “a mobilização assume formas aberrantes e anti-institucionais, que constituem a matriz de onde emergem os movimentos nacionais populares” (LACLAU, 1978, p. 156) e isso ocorre num momento o qual a democracia liberal está em declínio e os movimentos totalitários em ascensão.

Neste tipo de comparação a qual Germani criou seu modelo explicativo além do problema das temporalidades distintas, ou seja, entre países industrializados e aqueles de industrialização tardia, faltou à análise pormenorizada do tipo de estruturas sociais de ambos os casos. O próprio Laclau (1978), analisando o esquema de Germani e o de Di Tella, ressalta o fato de que ambos atribuem o populismo a uma etapa de transição do desenvolvimento, o que na realidade não se aplica, pois, países considerados desenvolvidos também tiveram experiências populistas. Desta forma, o motivo do surgimento do populismo

não pode estar atrelado a diferentes níveis de desenvolvimento de alguns países e outros. Segundo Laclau (1978) essa argumentação é altamente questionável, e num quadro comparativo gera problemas, pois gera pressupostos, tais como:

(1). Quanto maior o desenvolvimento econômico, menor a probabilidade do populismo; (2) Uma vez ultrapassado um certo limiar, e superadas certas asincronias no processo de desenvolvimento, as sociedades industriais se tornariam imunes ao fenômeno do populismo; (3) as sociedades *atrasadas* que atualmente passam por experiências populistas – quer sejam consideradas de maneira positiva ou negativa – avançarão necessariamente em direção a formas mais *modernas* e *classistas*, de canalização do protesto popular. (LACLAU, 1978, p 160)

Além de que, segundo Laclau (1978), essas teorias não fornecem os instrumentos para verificar sua validade, pois o conceito de sociedade industrial não foi construído, e o de sociedade tradicional construído enquanto antítese do industrial, o que traduz o fenômeno populismo como “um agregado heterogêneo e confuso de tradicionais e modernos” (LACLAU, 1978, p. 161).

O modelo discursivo de Ernest Laclau na explicação dos Populismos

Laclau (1978) descarta as explicações reducionistas do populismo e redefine as classes como polos de relações de

produção antagônicas que não tem nenhuma forma de existência necessária nos níveis políticos e ideológicos. E assim, os processos históricos seriam determinados pelas relações de produção, pelas classes. A partir disso resultaria algumas consequências como à questão que o caráter de classe de uma ideologia seria dado pela sua forma e não pelo seu conteúdo. Nesse sentido, no discurso ideológico o caráter de classe se revela no que Laclau chama de *princípio articulatório específico*. Este se refere aos significados compartilhados entre as classes o qual torna possível que discursos antagônicos estabeleçam suas diferenças. Portanto, segundo Laclau (1978) as classes existem na esfera ideológica e política sob a forma da articulação, e não pelo seu conteúdo, pelo seu caráter classista.

Outra questão é a existência de conteúdo, interpelações e contradições que constituem a prática ideológica de classe. Essa prática, segundo Laclau (1978), é determinada pela visão de mundo coerente com a inserção de uma classe no processo produtivo, como também por suas relações com as outras classes e pela própria luta de classes. Desse modo, a ideologia da classe dominante não é apenas uma visão de mundo, mas é também uma parte do aparelho de dominação desta mesma classe, pois ela interpela não só membros pertencentes a ela, como também membros das classes dominadas por ela. Para Laclau (1978) a forma concreta dessa interpelação consiste na absorção parcial e neutralização dos conteúdos ideológicos que expressam à resistência a dominação. A classe dominante faz isso através da tentativa de eliminar o antagonismo e transformá-lo em uma simples diferença. Portanto, conforme Laclau (1978, p. 170): “Uma classe é hegemônica não tanto na medida

em que é capaz de impor uma concepção uniforme do mundo ao resto da sociedade, mas na medida em que consiga articular diferentes visões de mundo de forma tal que seu antagonismo potencial seja neutralizado” .

Portanto, as classes que dominam as outras são aquelas que conseguem articular diferentes ideologias em seu projeto hegemônico, eliminando o caráter antagônico. Assim como, as ideologias das classes dominadas são projetos articulatórios que tentam desenvolver o antagonismo constitutivo de uma formação social determinada. Além disso, salienta Laclau (1978), a classe dominante constrói e exerce sua hegemonia absorvendo os conteúdos que fazem parte do discurso político e ideológico das classes dominadas, e é esse o princípio articulatório que unifica as classes, e é nesse princípio que se deve procurar o caráter de classe de uma política e de uma ideologia.

Para Laclau (1978) a essência do populismo não consiste em velo como um movimento, ou como uma ideologia característica de classe, mas sim como uma contradição específica articulada ao discurso. Para tanto, é necessário saber qual é o elemento comum em todas as práticas consideradas populistas. A partir da idéia de analogia dos termos, Laclau buscar identificar as ambigüidades do populismo. Então, o elemento analógico encontrado em todas as formas de populismo é o povo, portanto ele é o fundamento analógico fundamental. A grande ambigüidade e contradições residem exatamente no conceito de povo. Conforme Laclau (1978, p. 172):

(1) A contradição povo, bloco de poder é um antagonismo cuja inteligibilidade não depende das

relações de produção, e sim, do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação constitutivas de uma formação social determinada; (2) se a contradição dominante ao nível do modo de produção constitui o campo específico da luta de classes, a contradição dominante ao nível de uma formação social constitui o campo específico da luta popular democrática; (3) Todavia, como a esta última só se dá articulada a projetos de classes. Porém, por sua vez, como a luta de classes política e ideológica das classes se verifica em um terreno constituído por interpelações e contradições não classistas, esta luta só pode consistir em projetos articulatórios antagônicos, das interpelações e contradições não classistas

Esta abordagem põe em jogo a explicação da relativa continuidade das tradições populares, que contrasta com as descontinuidades históricas que caracterizam uma estrutura de classes. As tradições populares de luta cristalizam - se em símbolos, valores, os quais os sujeitos interpelados por elas encontram neles um princípio de identidade. Segundo Laclau (1978, p. 173) as tradições populares:

Constituem o conjunto de interpelações que expressão a contradição povo/bloco de poder como distinta de uma contradição de classe. Isso nos permite explicar duas coisas. Em primeiro lugar, na medida em que as tradições populares representam a cristalização ideológica da resistência à opressão

em geral, isto é, à própria forma do Estado, deverão ter maior duração do que ideologias de classe e constituirão um marco estrutural de referência mais estável do que estas últimas. Entretanto, em segundo lugar, as tradições populares não constituem discursos coerentes e organizados, mas, puramente, elementos que só existem articulados a discursos de classe. Isto explica por que políticas as mais divergentes apelam para os mesmo símbolos ideológicos.

Mesmo sendo elementos, as tradições populares não podem ser arbitrárias e modificadas, ressalta Laclau, pois elas são resíduos de uma constituição histórica única e irreduzível; constituindo assim uma estrutura de significados mais sólida e durável que a estrutura social e é exatamente essa dupla referência ao povo e as classes que constitui aquilo que Laclau denomina de *dupla articulação do discurso político*. A partir disso Laclau (1978) define que a forma que a articulação das interpelações popular democráticas estão postas que transformam um discurso ideológico em populista. Desse modo, o populismo “consiste na apresentação de interpelações popular-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante” (LACLAU, 1978, p.179).

Nesse sentido, a presença de elementos populares em um discurso não é suficiente para denominá-lo de populista, pois o populismo começa no momento que os elementos popular-democráticos se apresentam como opção antagônica à ideologia do bloco dominante. Isso não significa que o populismo seja sempre fruto de uma revolução; ele pode ser o esforço de uma

classe ou fração de classe que queira, para assegurar sua hegemonia, uma transformação substancial no bloco de poder. Por isso, Laclau (1978) denomina dois tipos de populismo: Aquele das classes dominantes e o das classes dominadas.

O primeiro ocorre quando o bloco dominante entra em crise profunda, pois uma nova fração que tenta impor sua hegemonia não consegue fazê-lo dentro da estrutura existente do bloco de poder, e uma das soluções encontradas é o apelo às massas para que desenvolvam seu antagonismo frente ao Estado. Este foi o caso do Nazismo, o qual o capital monopolista não conseguia impor sua hegemonia dentro da estrutura existente, como também não podia apoiar-se no exército. A opção que restou foi o desenvolvimento de um movimento de massas que trouxesse o antagonismo potencial das interpelações populares, mas articuladas de modo que não tomassem a via revolucionária. Laclau (1978, p.180) explica a consistência do Nazismo:

O Nazismo constitui, em consequência, uma experiência populista e, como todo populismo das classes dominantes, teve que apelar para um conjunto de distorções ideológicas-como o racismo-para evitar que o potencial revolucionário das interpelações populares se orientasse no sentido de seus verdadeiros objetivos. O populismo das classes dominantes é sempre altamente repressivo porque tenta uma experiência mais perigosa do que um regime parlamentar; enquanto o segundo simplesmente neutraliza o potencial revolucionário das interpelações populares, o primeiro procura desenvolver

este antagonismo, embora mantendo-o dentro de certos limites.

O segundo tipo, aquele do nível dos dominados, é o qual a luta ideológica se dá em função de “expandir o antagonismo implícito nas interpelações democráticas e em articulá-lo ao próprio discurso de classe.” (LACLAU, 1980, p. 180). Assim, a luta operária pela hegemonia é aquela que reside em alcançar o máximo de fusão entre a ideologia popular democrática e a ideologia socialista. Desse modo, tanto os movimentos totalitários, como o Nazismo de Hitler, o comunismo de Mao, e o governo de Perón, são classificados como populistas. Para Laclau (1978) esses movimentos são similares porque em seus discursos ideológicos as interpelações populares são apresentadas na forma de antagonismo e não somente na diferença. Conforme Laclau (1978) o elemento especificamente populista na ideologia desses movimentos é que o antagonismo está articulado aos discursos das classes mais divergentes. Então, esse traço comum é o que Laclau (1978) define como populismo:

(1) Que populista em uma ideologia é a presença de interpelações popular-democráticas em seu antagonismo específico; (2) que o conjunto ideológico, do qual o populismo é apenas um momento, consiste na articulação deste momento antagônico a discursos de classe divergentes. Portanto, não se pode afirmar que as ideologias populistas concretas sejam supraclassistas, embora tampouco possa-se vincular o momento estritamente populista do discurso a uma classe determinada. (LACLAU, 1978, p. 181)

Então, o populismo surge historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante, que também é fruto de uma crise social geral. Esta pode ser, conforme Laclau (1978) uma cisão no bloco de poder “em que uma classe ou fração de classe necessita, para afirmar sua hegemonia, apelar ao povo contra a ideologia vigente em seu conjunto: quer o resultado de uma crise na capacidade do sistema para neutralizar os setores dominados - isto é, uma crise de transformismo.” (LACLAU, 1978, p. 182). Dessa forma, Laclau conclui que as causas do populismo não têm muito a ver com uma etapa determinada do desenvolvimento, apesar de que o longo processo de expansão das forças produtivas, o que corresponde à etapa do capitalismo monopolista, aumentou a capacidade do sistema de absorver e neutralizar suas contradições, mas também; sempre que o sistema capitalista sofreu uma crise grave; diversos modelos de populismo apareceram.

O modelo de Laclau aplicado aos casos de populismo na América Latina.

O populismo surge na América Latina a partir da década de 1930. Laclau (1978) questiona-se porque discursos ideológicos de movimentos políticos com orientações e bases sociais tão distintas tiveram que recorrer ao populismo, ou seja, tiveram que desenvolver um antagonismo potencial das interpretações popular-democráticas. Vários autores vinculam o populismo à industrialização via substituição de importações, para Laclau esse é um equívoco, pois, o populismo não pode ser considerado uma superestrutura necessária de nenhum processo social

ou econômico. Ressalta Laclau que o populismo surge em vários contextos, e por isso se faz necessário à análise das condições de sua emergência.

A condição essencial é que ele surge da crise no bloco de poder, o que leva uma de suas frações a tentar estabelecer sua hegemonia através da mobilização das massas, e assim, uma crise de transformismo. Desse modo, Laclau empreende um estudo do caso do Peronismo, buscando compreender a natureza do sistema ideológico anterior ao populismo e explicar seus princípios articulatórios, pois só assim é possível compreender o fenômeno enquanto tal.

Antes de 1930 a classe hegemônica dominante na Argentina era a oligarquia latifundiária, a qual agia conforme seu princípio articulatório que era o liberalismo. E esse sistema político não era restrito na Argentina, era o modelo da maioria dos países latino americanos, os quais formavam Estados centralizados em que predominavam a representação dos interesses da oligarquia. A fórmula corrente desses países foi adotar um Estado liberal parlamentar, com forte predomínio do legislativo sobre o executivo. É interessante constatar que essa fórmula variou de país para país e no caso específico da Argentina foi diferente, o qual o conjunto de poder e riqueza concentravam-se em uma região relativamente reduzida do território, e assim, a descentralização foi menor e o executivo desfrutou de mais autonomia. Em todos os casos, o Estado foi elemento central e foi concebido como uma federação de oligarquias locais.

Laclau analisa como a ideologia liberal esteve articulada na Argentina. No início, essa ideologia teve capacidade limitada para absorver a ideologia democrática das massas, como

também em integra-la em seu discurso. Com o imperialismo e a incorporação da Argentina no mercado internacional se tornou necessário eliminar as características pré-capitalistas da sociedade; e isso ocorreu através de políticas violentas e repressivas frente às classes dominadas e assim o liberalismo saiu vencedor, em relação às demandas democráticas. Como também o liberalismo estava articulado com o desenvolvimento econômico e com o Europeísmo, que revelam uma rejeição radical das tradições populares nacionais, como o personalismo. Este quadro define, conforme Laclau (1978) o campo ideológico da hegemonia oligárquica. Já as ideologias populares apresentavam traços opostos. Conforme Laclau a resistência popular possuía conteúdos opostos, como o antiliberalismo, o nacionalismo, antieuropeísmo, e defendiam as tradições populares como o personalismo, ligado à líderes populares que representassem uma política anti -status quo. Então como o bloco oligárquico dominante consegue, neste período, neutralizar suas contradições com o povo e articular as interpelações populares - democráticas ao discurso liberal? Como se liberalizou a democracia e se democratizou o liberalismo? Como o discurso ideológico das classes dominadas foi neutralizado e seu protesto mantido no estágio dos partidos populares e como acabou jacobinizando-se conduzindo ao populismo?

Para Laclau a resposta a essas questões refere-se ao fato de que “a oligarquia latifundiária teve pleno êxito em neutralizar as interpelações democráticas, e em nenhum caso a resistência popular chegou à radicalização populista” (LACLAU, 1978, p. 187). O motivo disso foi que a Argentina já estava incorporada ao mercado mundial e na grande capacidade redistributiva da

oligarquia latifundiária no ciclo expansivo. As consequências disso foram um bloco de poder altamente coeso, e a capacidade redistributiva da oligarquia lhe permitiu associar as nascentes classes médias e operárias a seu ciclo expansivo e cooptar as lideranças políticas para o bloco de poder.

Desse modo, Laclau (1978) expõe as formas ideológicas através da qual a hegemonia oligárquica se impôs, e mostra que elas incorporaram as interpelações populares a seus discursos, que é uma forma peculiar de articulação das ideologias que formalmente se opunham, levando a sua neutralização. Isso ocorre porque na medida em que o liberalismo vai afirmando sua hegemonia amplia sua capacidade de absorver as interpelações popular-democráticas, e faz isso através da ampliação das bases sociais do bloco de poder e de uma absorção e neutralização crescente da ideologia popular-democrática das massas. Conforme Laclau (1978) esse processo é constante na história da Argentina, pois: “Cada vez que se ampliam as bases sociais do sistema os novos setores cooptados ao bloco de poder afirmam seu caráter relativamente mais democrático, através de símbolos ideológicos originários da tradição popular federal” (LA-CLAU, 1978, p. 188)

Portanto, a incorporação de máquinas eleitorais clientelistas consagra a cooptação das massas ao sistema, as tradições populares são aceitas como uma subcultura específica das massas dominadas, incorporasse, então, o personalismo das bases sociais. Outro fato que Laclau (1978) analisa é a síntese que ocorreu a partir da ideologia do Partido Radical entre o liberalismo e a democracia:

Com sua cooptação pelo bloco de poder - o ponto máximo que chegou o transformismo oligárquico - as interpelações populares democráticas deixam de constituir uma subcultura mediatizada por máquinas clientelísticas e se incorporam à vida política nacional. (LACLAU, 1978, p. 189)

Como também as ideologias oligárquicas não liberais, como o nacionalismo de direita, enfatizaram na ideologia liberal o que tinha de autoritário, elitista, clerical e antipopular, e a esse processo incorporasse um elemento novo, o militarismo, que se torna o agente histórico da revolução antiliberal. Nesse momento, as classes operárias aparecem reduzidas, marginalizadas as quais não fazem nenhum esforço em incorporar interpelações populares democráticas em seu discurso político. Isso se deve por que ela é constituída de imigrantes europeus que trazem em suas orientações uma fusão entre a ideologia de classe e a ideologia popular - democrática de seus países de origem, ou seja, o europeísmo. Portanto, conforme Laclau (1978) esses três elementos, o europeísmo, o liberalismo e o progresso material condensados em um discurso ideológico unificado reproduziam o tipo de argumentação que era característica do liberalismo oligárquico.

A partir da década de 1930 surgem novas contradições que geram uma crise no bloco de poder. A primeira delas é a depressão econômica mundial que conduz a um processo de industrialização pela substituição das importações, criando antagonismos entre os setores industriais e a oligarquia latifundiária. A segunda é a crise do transformismo como resultado da

depressão, pois a oligarquia não pode mais tolerar as generosas políticas redistributivas características dos governos radicais e viu-se na contingência de eliminar o acesso das classes médias ao poder político, e assim cria um sistema parlamentar baseado na fraude eleitoral. E assim, as demandas democráticas das massas e os símbolos ideológicos são cada vez menos absorvidos pelo regime liberal, ocorrendo assim, segundo Laclau, uma cisão entre o liberalismo e a democracia.

Na década de 1940 o radicalismo surge com a desarticulação de seu discurso político original, tradicional, e ver-se na contingência de optar entre liberalismo e democracia. Nesse sentido, ressalta Laclau, houve modificações no nacionalismo de direita, passa-se a pensar numa solução militar alternativa para como denúncia ao imperialismo. Desse modo, surgem dois novos elementos ao discurso autoritário, o antimeritismo e a industrialização. E assim, a partir disso, procura incorporar a massa e renuncia aos elementos elitistas e antipopulares de sua ideologia. As ideologias operárias também entram em crise, primeiro com a questão da incorporação dos operários novos, os quais as interpelações populares ocupam um papel central em seu discurso, e o que os difere dos velhos, os migrantes com discursos classistas.

Para Laclau (1978) o declínio da hegemonia oligárquica se refletiu em uma crise do discurso político dominante que ocorreu com a desarticulação progressiva dos elementos desse discurso, pois o liberalismo e a democracia deixam de estar articulados. Assim, diminui a capacidade do bloco de poder de neutralizar suas contradições com o povo e desse modo,

combinações novas passam a ser possíveis. Nesse sentido, essa é a brecha para o surgimento do populismo, o qual:

Consistirá, precisamente, em reunir o conjunto de interpelações que expressavam a oposição ao bloco de poder oligárquico - democracia, industrialismo, nacionalismo, antimperialismo; em condensá-los em um novo sujeito histórico e em desenvolver seu antagonismo potencial, contratando-o com o próprio ponto que constituía o princípio de articulação do discurso oligárquico: o liberalismo. Todo o esforço ideológico peronista, nesta etapa, se orientará no sentido de desligar o liberalismo de seus últimos vínculos com um campo conotativo democrático e de apresentá-lo como uma cobertura pura e simples dos interesses da classe da oligarquia. (LACLAU, 1978, p. 194-195)

Laclau (1978) conclui que o elemento estritamente populista da ideologia peronista foi a radicalização das interpelações populares antiliberais, e o discurso do peronismo consistia não só nisso, mas também em “sua articulação dentro de um discurso que procurava circunscrever o confronto com a oligarquia liberal dentro dos limites impostos pelo projeto de classe que definia o regime: o desenvolvimento do capitalismo nacional”(LACLAU, 1978, p. 196). E é em função disso que os antagonismos das interpelações populares se desenvolveram; apenas, até certo ponto, e limitaram seu potencial explosivo, apresentando sempre articulado com outros elementos

antiliberais, mesmo não sendo populares, como a ideologia militar, católica.

Como também as condições da argentina, como a ausência de campesinato, predomínio da população urbana, amplo desenvolvimento das classes médias, desenvolvimento do sindicalismo, constituíram contextos favoráveis para a constituição pelo peronismo de uma linguagem popular-democrática unificada em nível nacional. E ainda a presença maciça da classe operária conferiu ao peronismo uma excepcional capacidade de preservação, subsistindo como força política.

Laclau (1978) expõe que as singularidades do peronismo ficam mais claras quando comparado com o populismo brasileiro, o getulismo. A revolução brasileira de 1930 expressou contradições, que na Argentina já tinham sido resolvidas gradualmente. Tantos os conflitos interregionais, como a ascensão das classes médias, já haviam sido resolvidos, e desse modo, as contradições novas referiam-se aos setores agrários e industrial. No Brasil essas contradições não haviam sido resolvidas e acumulam-se no processo revolucionário. Portanto os conflitos inter-regionais, o qual São Paulo predominava; as classes médias não haviam criado um partido político nacional, como havia na Argentina. O resultado, conforme Laclau (1978) foi que não conseguiram impor-se à influência política das oligarquias locais. Como também, as tendências democráticas frustradas, representadas pelo Partido Democrático de São Paulo, e os tenentes desempenharam um papel importante na revolução e é nesses quadros que se podem encontrar os primeiros traços de uma ideologia populista.

Getúlio incorporou uma coalizão de forças contraditórias e só em 1937 com o Estado Novo consegue estabelecer o pleno domínio político. Conforme Laclau (1978) ao contrário de Perón, Vargas nunca conseguiu ser líder de um movimento unificado e homogêneo, pelo contrário, será um articulador de forças heterogêneas, sobre as quais estabelece sua política através de um sistema de alianças. Isso aparece claramente, ressaltava Laclau (1978: 198) nas diferentes ações e políticas aplicadas por Vargas: “Se nas zonas mais industrializadas do país consegue implantar sólidas bases de apoio independente, na classe operária e em vastos setores da classe média, nas regiões do interior tinha que procurar apoio nas máquinas políticas tradicionais”. Isso fica demonstrado no fato da impossibilidade de constituir um partido político unificado, pois os apoiadores do governo dividem-se em dois partidos.

Por isso, Laclau (1978) afirma que essa dupla fase do Getulismo se reflete em um populismo fragmentado e insuficiente, que não conseguiu construir uma linguagem política nacional, e, portanto, Getúlio nunca foi totalmente populista. Segundo Laclau (1978, p. 198) o populismo brasileiro:

Oscilou em um movimento pendular: nos momentos de estabilidade, sua linguagem tende a ser paternalista e conservadora; nos momentos de crise, quando os elementos conservadores da coalizão desertam, lança-se, resolutamente, na via do populismo-isto é, do desenvolvimento do antagonismo latente nas interpelações democráticas. Porém, nestes momentos, uma lógica política elementar se impunha: as bases sociais a que se dirige o discurso

populista foram até agora, no Brasil, insuficientes para assegurar o poder político.

Para Laclau, por tudo isso, e outras razões, que as experiências populistas nas últimas décadas têm sido menos frequentes na América Latina. As razões para isso é o fato de que a capacidade de absorver demandas democráticas pelos blocos de poder, estruturados segundo o capital monopolista, é limitado. Ressalta ele, que além do transformismo ter entrado em crise, os regimes militares da América Latina não tiveram condições de tornassem fascistas, pois não articularam as ideologias populares.

Desse modo, em tempos passados, a crise do transformismo gerou formas de populismos, mas Laclau (1978) acha que impossível uma evolução nesse sentido, porque naquela época os blocos de poder estavam divididos, ocasionada pela crise da hegemonia oligárquica, e ao menos uma fração do bloco de poder estava disposto a chegar a um capitalismo nacional e precisou incorporar as massas. Segundo Laclau, em fins dos anos 1970, as tentativas nacionalistas falharam e o bloco de poder foi reunificado em torno do capitalismo monopolista. Desse modo, não há antagonismos suficientes para que uma fração do bloco dominante se oriente para uma solução populista. Esta conclusão de Laclau (1978, p.200) remete as condições concretas a qual a experiência populista surge:

O populismo surge em um campo ideológico específico: o que é constituído pela dupla articulação do discurso político. A tensão dialética entre o

povo e as classes determina as forma da ideologia, tanto dos setores dominantes como dos setores dominados. As metamorfoses do povo consistem em suas diversas formas de articulação com as classes. Na medida em que o povo e as classes constituem pólos de contradições diferentes, mas igualmente constitutivas do discurso político, ambos estão presentes nele. Porém, enquanto a contradição de classe determina o princípio articulatório desse discurso, o que lhe confere a sua singularidade específica em um campo ideológico determinado, a segunda representa um momento abstrato que pode existir articulado aos mais diversos discursos de classe. O populismo, como inflexão particular das interpelações populares, nunca pode constituir o princípio articulatório de um discurso político- mesmo que se constitua em um traço do mesmo. É precisamente esse caráter abstrato do populismo o que permite sua presença na ideologia das classes mais diversas.

Portanto, segundo Laclau; o populismo só existe enquanto existe a contradição povo/ bloco no poder articulado as classes, e assim; ‘o grau de populismo depende da natureza do antagonismo existente entre a classe que luta por sua hegemonia e o bloco de poder’ (LACLAU, 1978, p. 202). E o que diferencia os vários populismos é o processo de neutralização das interpelações de classe adotados, e a partir daí poderemos definir o caráter de cada fenômeno ou experiência. Por fim conclui Laclau: “afirmar a relativa continuidade das interpelações populares frente às articulações descontínuas dos discursos de classe

é o único ponto de partida válido para um estudo científico válido das ideologias políticas” (LACLAU, 1978, p.204).

Considerações finais

O estudo das ideologias e dos discursos políticos como demonstrou Ernest Laclau em sua obra fundadora desse campo de estudos permite pensar fenômenos políticos complexos com e para além das explicações históricas, sociológicas, econômicas. Nesse sentido, ao tratar dos distintos populismos que surgiram até a década de 1970 na Europa e na América Latina permite compreender o fenômeno sob a égide de mais de uma perspectiva. Questões que Laclau mobiliza novamente no livro *A razão populista*, publicado no Brasil em 2014, para compreender a ascensão nas últimas décadas do que ele chama de *populismo latino-americano de esquerda*.

Referências Bibliográficas

LACLAU, Ernest. **Política e ideologia na Teoria Marxista. Capitalismo, Fascismo e Populismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Pereira, L.C. Bresser. **Estado e subdesenvolvimento industrializado.** Brasiliense, 1977.

SARTORI, Giovanni. MORLINO, Leonardo (Org) **La comparación en las ciencias sociales.** Alianza editorial, 1991.

CAPÍTULO 3**ANÁLISE DE REDES SOCIAIS
E INTERDISCIPLINARIEDADE:
REFLEXÕES PRELIMINARES**

A análise de redes sociais, embora seus primeiros usos remetam ao início do século XX, apenas nas últimas décadas do século e primeiros anos do século XXI tem se popularizado na análise de relações complexas. Atualmente a utilização desta metodologia- a análise de redes- encontra-se em áreas científicas tão diversas como a Economia, a Matemática, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, as Ciências da comunicação, Ciências da Computação, e a Biologia, dentre outras, o que fortalece seu caráter interdisciplinar de aquisição de conhecimentos.

Objetos de estudos de caráter indisciplinar utilizam-se da análise de redes sociais para delimitar suas contribuições científicas. Nesse sentido, análise de rede de movimentos sociais, de políticas públicas, de informações, de organizações, de grupos econômicos, sociais e políticos, de desenvolvimento econômico, de países, de cidades, tem permitido a compreensão da complexidade do espaço social em que estamos inseridos.

Neste capítulo, apresentamos, ainda que de modo introdutório, as possibilidades da análise de redes sociais. Com tal

objetivo o texto está dividido em três partes. Inicialmente apresentam-se os termos da análise de redes sociais e seus significados, para então expor alguns métodos e algumas formas de representação gráfica, o que permite finalizarmos com os diversos usos possibilitados pela análise de redes sociais que ultrapassam campos disciplinares.

Termos da Análise de Redes Sociais

Uma rede social é um conjunto de atores (ou pontos, nós, agentes) que possuem vínculos ou relações. As redes não têm um tamanho definido, podem ter muitos ou poucos atores, e vários tipos de relações entre os atores. (HANNEMAN, 2001). Um ator é uma unidade e pode corresponder a diferentes tipos: um indivíduo, um conjunto de indivíduos agregados em organizações, em coletividades (MATHEUS, SILVA, 2006). Portanto, são indivíduos conectados por distintos laços em comum.

Cross & Prusak (2002) definem quatro papéis para os atores em rede: a) Como conectores centrais, pois os atores se relacionam, em sua maioria, uns com os outros; b) ao se conectarem com atores de outras organizações atuam como expansor de fronteiras; c) ligam-se a diferentes subgrupos da rede, sendo, assim corretores de informações; d) atuam como especialistas periféricos quando possuem conhecimentos técnicos, especializados.

O laço relacional, ou ligação, é o tipo de relação encontrada entre os atores. Podem ser provenientes de uma avaliação individual (laços de amizade, de afinidade, dentre outros), de transação e de transferências de recursos materiais (relações

entre organizações financeiras, por exemplo), transferência de recursos não materiais (relações de troca virtuais, dentre outras), associação ou afiliação em interações comuns (festas, membros de um clube, etc), laços formais (como as relações de trabalho), relações de parentesco, etc...

A ponte é quando percebemos, através da análise dos laços fortes e dos fracos, qual ator tem papel primordial na conexão entre redes. Por isso os laços fracos devem ser considerados. O agente ou ator ponte mantém interações entre as redes, sendo um polo de intermediação entre a rede e os subgrupos.

Os estudos de rede incluem todos os atores que estão em um limite delimitado pelo pesquisador. Incluem, deste modo, todos os atores de uma população, ou populações determinadas. Como população o analista de redes pode considerar, por exemplo, todas as pessoas presentes numa manifestação popular, numa festa de aniversário, todos membros de uma família, de uma organização, de uma classe social. Portanto, se o analista de redes escolher um ator individual, ou um ator coletivo para analisar é preciso incluir todos os atores (individuais ou coletivos) com os quais o ator tem relação.

Os limites dos grupos, das populações estudadas pelo analista de rede são de dois tipos, conforme Hanneman (2001). O primeiro é determinado pelos próprios atores, por exemplo, todos os membros de organização. Nesses casos a rede é articulada de forma natural. O segundo modo refere-se a uma população que o analista de rede sabe a priori que se trata de uma rede, como a família, por exemplo. Nesse caso o analista de rede cria os limites necessários conforme o que objetiva descobrir.

O analista de redes vê os indivíduos imersos em redes de relações diretas com outras pessoas. Estas redes de relações representam atos sociais, e, de certo modo, tem vida própria. Por exemplo, os indivíduos em suas relações de trabalho podem ser observados como imersos na organização, mas a rede construída em torno das suas atividades de lazer pode ter a mesma importância. Portanto, os indivíduos estão imersos em associações com os outros, em redes, que estão ligadas a redes que também se relacionam a outras redes.

As relações na rede definem o conjunto de laços dos atores. Portanto, a quantidade e os tipos de laços entre os atores são importantes na classificação das redes. Nas redes multirelacionais existem mais de um tipo de laços, logo, mais de uma relação. As relações classificam-se em dois tipos: Podem ser direcionais, quando tem um ator como transmissor e outro como receptor, ou não- direcionais, quando a relação é recíproca. Assim como classificam-se em termos de valor, podendo ser dicotômicas ou valoradas. São dicotômicas quando é quantificada a ausência ou presença das relações, são valoradas quando é atribuído valores discretos ou contínuos à relação.

Conforme Lago Júnior (2005) encontram-se duas perspectivas distintas de análise de redes sociais que tem impacto no modo que o analista de redes sociais observa seu objeto e também na aplicação dos softwares de ARS. De um lado uma perspectiva que aborda as características estruturais das redes, centrada em termos como: ator (indivíduos, organização, setor interligado à rede), ligações (setas representando graficamente as ligações entre os atores), subgrupos (subconjuntos de atores de uma determinada rede), relações (tipos específico de ligações de um

determinado grupo), tamanho (quantidade de ligações existentes entre os atores), densidade (quociente entre o número de ligações existentes pelo número de ligações possíveis em uma determinada rede, determinando, assim, a potencialidade da rede em termos de fluxo de informação), distancia geodésica (trajeto mais curto entre dois atores de uma mesma rede) e o diâmetro (maior distância geodésica entre pares de atores de uma rede).

Estes termos permitem, em relação as características estruturais da rede, analisar a coesão e os mapeamentos dos grupos através de certas categorias, como coesão (que mede se é fraco ou forte o relacionamento entre os atores de uma rede), clique (que analisa como os atores relacionam-se com todos os outros do subgrupo), reciprocidade (ordena o sentido das relações, se reciprocas ou não), N-clique (classifica a coesão dos atores a partir da distância geodésica inferior a “n”, sendo “n” o valor de corte da distância geodésica máxima), N-clã (refere-se aos subgrupos cujo diâmetro não é superior a “n”, sendo “n” é o valor de corte do diâmetro máximo) e o N-Plex (que considera ator de um subgrupo aquele adjacente a quase todos os outros).

Por outro lado, a outra perspectiva, descrita por Lago Júnior (2005), centra-se nos egos, enfatizando as posições, as ligações e os papéis que os atores desempenham nas redes, através de certas categorias, como: posições (lugar que os indivíduos ocupam nas redes de relações), papel (padrões de relações obtidos pelos atores em suas posições), centralidade (cálculo da posição do ator em que se encontra em relação aos outros, através da quantificação dos elos entre eles), centralidade de entrada (número de ligações que um ator recebe dos outros atores), centralidade de saída (número de ligações que um ator estabelece com

os outros atores da rede), centralidade de proximidade (análise da independência de um ator em relação ao controle dos outros), centralidade de Bonacich (número de referências que um ator recebe de outros atores, descrevendo o prestígio de cada ator), centralidade da informação (Analisa-se se um indivíduo é central em relação a informação) e a centralidade da intermediação (refere-se ao potencial dos atores como intermediários, como pontes intermediarias de informação).

Métodos de construção e análise de Redes Sociais e suas representações gráficas

Os dados utilizados na ARS são diferentes dos estatísticos. Os dados da ARS, em sua forma original, constituem uma matriz quadrada de mediações. Como se percebe no quadro a seguir, as linhas são os casos, sujeitos e observações, assim como as colunas. Em cada coluna, é descrita uma relação entre os atores, como é possível observar no Quadro I.

Quadro 01 – Matriz

	John Bosco	Boniface	Winfried	Hugh	Louis	Romuald
John Bosco	-	1	1	1	0	0
Boniface	1	-	0	1	0	0
Winfried	1	0	-	1	0	0
Hugh	1	1	1	-	1	1
Louis	0	0	0	1	-	0
Romuald	0	0	0	1	0	-

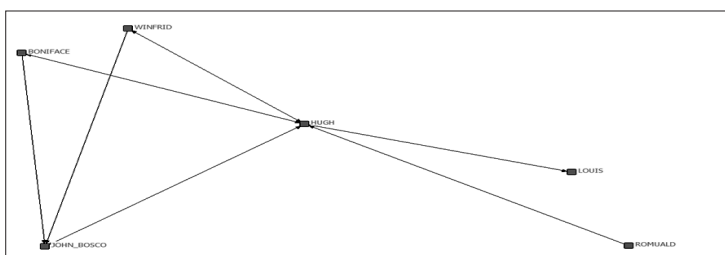
Fonte: Elaboração própria.

Esses dados permitem ver quem tem posição similar ou principal na rede. Portanto, descrevem-se os atores através de suas relações, não pelo seus atributos, como seria na abordagem estatística convencional.

São várias as formas de representação das redes sociais. Os analistas de redes utilizam-se principalmente de uma representação gráfica que destaca os pontos (os nodos) como os atores e linhas ou flechas representando os laços ou relações. Essas representações costumam ser chamadas de sociogramas.

Existem muitas variedades de sociogramas, mas no uso para analisar redes sociais, eles têm em comum o uso de um círculo ou um quadrado para cada ator (coletivo ou individual) da população e linhas (ou flechas) para representar o vínculo entre os atores. A Figura 01 a seguir representa a rede da matriz exposta no quadro 01:

Figura 01. Sociograma produzido a partir do software UCINET



Fonte: Elaboração própria.

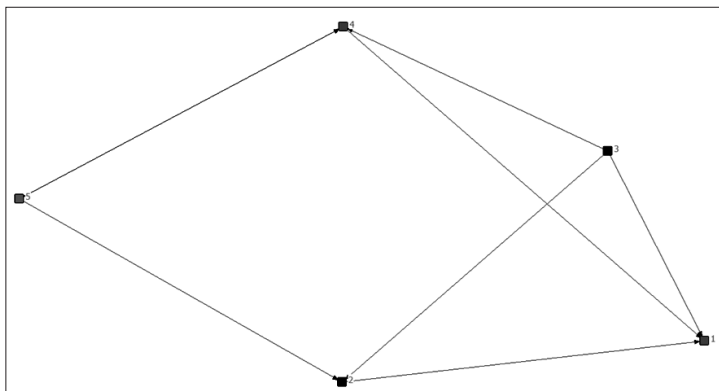
Nesta rede percebe-se um ator principal (Hugh) e sua rede de relações. Essa rede foi orientada em torno desse ator principal, e revela a inexistência de relações de outros dois atores (Romuald e Louis) com os outros atores. Portanto, expressa um gráfico binário, dado que analisa a relação ou ausência de relação com Hugh. Portanto, a informação acerca da estrutura social

do grupo apresentado de 6 pessoas é muito simples: Descreve quem tem relações com quem.

Caso a intenção fosse apresentar o significado dessas relações a representação gráfica, assim como sua matriz tomariam outra forma. Seria um gráfico de dados orientados em que se avaliaria o significado da relação das pessoas com Hugh: Se positiva (+), negativa (-) ou neutra (0).

A estrutura social, como um todo, por sua vez, é complexa, múltipla, e, por isso, há várias formas possíveis de vínculos entre os atores, para além de um círculo de amizade restrito. Podem incluir na informação apresentada graficamente quem é colega de quem em dada universidade, quem é parente, qual as relações de trabalho os atores exercem numa organização financeira, etc. Esses outros vínculos podem ser representados com uma cor distinta na rede, ou outro estilo de linha. Porém, muitos laços distintos de relações entre o mesmo conjunto de atores, toda essa informação, pode tornar a representação gráfica de difícil interpretação. Deve-se, nesses casos, utilizar múltiplos gráficos com os atores. Aconselha-se a utilizar linhas grossas para representar a existência de muitos vínculos entre cada par de atores, ou contar o número de relações presentes para cada ator e utilizar um gráfico ponderado. (HANNEMAN, 2001).

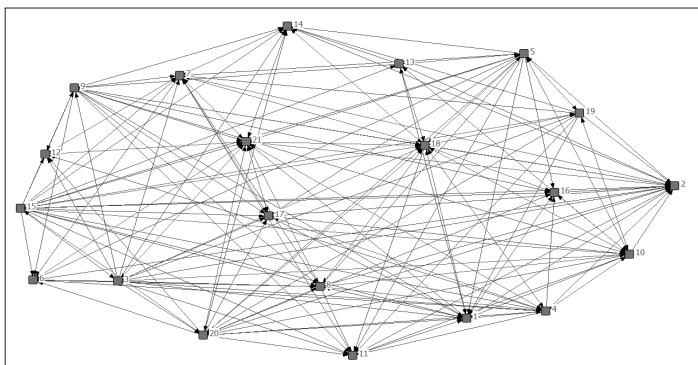
A representação gráfica da atribuição de significado das relações em rede, é ilustrada pela imagem a seguir. Esta simples representação gráfica indica que na rede do ator 1 uma pessoa o desconhece (o indivíduo número 5), não atribuindo, nesse sentido, nenhum valor a relação.

Figura 02. Sociograma produzido a partir do software UCINET.

Fonte: Elaboração própria.

A ilustração a seguir representa uma rede de funcionários de uma organização financeira. Trata-se de uma rede em que as relações partem de dois atributos para cada nodo. Podemos inferir, como exemplo, que é uma rede de uma grande organização empresarial dividida pelo tipo de área de atuação da empresa em que o ator se encontra e pelas cidades da empresa em que trabalham. Percebe-se, portanto, que alguns dos funcionários das filiais da empresa têm algum contato com os da matriz, independente da área de sua atuação.

Figura 03. Sociograma produzido a partir do software UCINET



Fonte: Elaboração própria.

Estes funcionários ocupam uma posição mais central na rede devido ao fluxo de informação que detêm. Portanto, as propriedades das redes têm consequências, tanto para os indivíduos, como para a construção da rede. As formas e diferenças em como os indivíduos estão conectados podem ser úteis para identificar e apreender seus atributos e comportamentos. Aqueles que tem mais conexões, tendem a ter acesso e ser suscetíveis as mais diversas informações, podendo, portanto, sofrer influências ou ser influente na rede em questão.

Diferenças no tamanho da rede e em como os atores estão conectados explicam algumas questões sobre a população em que estão inseridos. Essas diferenças podem ser indicadores de solidariedade, densidade e complexidades da organização social. A análise de redes locais, a partir de relações de dois ou três atores, permitem perceber como estão imersos na rede, podendo ser, generalizado, para explicar a dinâmica da estrutura social de dada população. Essa inferência justifica-se porque

uma parte do tempo e do esforço dos atores ocorre em contextos locais. A partir dessas relações é possível chegar ao grau de reciprocidade, equilíbrio e transitividade, que pode ser entendido como um indicador de estabilidade e institucionalidade das posições dos atores nas redes sociais.

Essas estruturas são consideradas “multinodais”, ou seja, um conjunto de dados que contém informações sobre dois tipos de agregações sociais é uma rede de dois nodos (nós). Nesse caso, é preciso analisar e focalizar os múltiplos níveis de análise simultaneamente. Pode-se dizer que o “analista está interessado em como o indivíduo está integrado a uma estrutura e como a estrutura emerge das micro relações entre partes individuais” (HANNEMAN, 2001, p. 10). Portanto, a investigação de redes sociais determina-se pelos laços de relações que serão medidas nos nodos (nós) selecionados. Em alguns casos, os nodos são ordenados, em outros é necessário utilizar-se de diferentes perspectivas para compor uma amostra de relações.

Dentre os métodos possíveis de analisar e compor a população encontra-se os métodos de redes completas. O método de redes completas requer que o analista de rede recorra a toda informação possível sobre o laço de cada ator com os demais. É a ideia de construir um censo dos de todos laços sociais de uma população de atores, uma fotografia completa das relações de dada sociedade (HANNEMAN, 2001). Embora seja um método custoso e de difícil execução e mensuração, este enfoque concentra o máximo de informações sobre a totalidade da população. Outros métodos selecionam suas informações, sendo menos custosos, como o método bola de neve, e de redes ego-centristas.

Os métodos bola de neve, ou de amostragem autogerada, por sua vez, focalizam, a princípio, um ator ou conjunto de atores, assim como um ator coletivo, quando for o caso, buscando destacar quais são os laços que os ligam. Ou seja, a partir de uma amostra pré-determinada o analista de rede vai perguntando a cada um dos atores quem ele conhece e quais tem relações significativas. O processo segue até que não se identifiquem mais atores relacionados. Esses métodos servem para analisar seguimentos da população, como grupos empresariais, elites, culturas desviantes, redes de parentesco, etc.

Uma das alternativas que garante maior efetividade nesse método é o modo de seleção dos nodos iniciais. Por exemplo, num estudo sobre poder em determinada população é comum começar pelas suas lideranças na esfera política, cultural e econômica. Portanto, esse enfoque identifica com mais eficiência a elite social e política de determinada população.

As redes ego centristas de atores coletivos parte dos nodos focais (egos) e identifica os nodos com os quais estão conectados. Esse enfoque pode ser muito interessante para obter um formulário de dados relacionais de uma população grande e pode combinar-se com enfoques baseados em atributos. É possível perceber quantos nodos de conexão existem e quais seus núcleos fortes, assim como compreende as possibilidades e restrições dos indivíduos, a partir de sua inserção na rede. Métodos ego centristas que levam em consideração o indivíduo, por sua vez, centram-se mais em um indivíduo principal, do que a rede como um todo. Permitem, segundo Hanneman (2001) uma boa fotografia das redes locais dos indivíduos. Útil para

compreender como as redes afetam os indivíduos, e qual a posição deles na estrutura social.

Desse modo, as redes são analisadas a partir dos conjuntos distintos dos atores e dos tipos de interações, dado que uma rede social se constitui de um ou mais conjuntos finitos de atores e/ou eventos e todas as relações existentes entre eles. (MATHEUS, SILVA, 2006). A classificação das redes sociais é ampla, e dentre os modelos, destacam-se a rede de modo-duplo (two-mode networks), que tem um de seus desdobramentos a rede por afiliação

A rede de modo-duplo é aquela que tem dois conjuntos de atores com atributos distintos. Ela é uma rede por afiliação (membership network) quando existe um conjunto de atores e um de eventos relacionados. Essas redes são analisadas por unidades chamadas de tríades (séries de três atores) e de díades (séries de dois atores). Essas unidades destacam as relações de dois ou três atores e a transitividades de seus laços constituídos

Além dessas formas de analisar encontra-se nas redes indivíduos ou indivíduos coletivos que mantem relações múltiplas, ou seja, múltiplos tipos de relações que conectam os atores em rede ou em redes. Entretanto, é preciso saber que relações analisar. Alguns enfoques conceituais, dependendo do objeto que o analista de redes queira analisar, ajudam a selecionar as relações, como a teoria dos sistemas que sugere privilegiar as esferas materiais e informacionais. Como exemplo, pode se citar a circulação de dinheiro, de pessoas em organizações, que se movem entre nodos e, por isso estabelecem relações frutíferas.

Temas e objetos de análise interdisciplinares

Dentre os variados temas possíveis de serem apreendidos e explicados a partir da análise de redes sociais observa-se a centralidade de temas relacionados ao poder. Dado que não é surpreendente, uma vez que todas as relações sociais são e reproduzem as relações políticas (FOUCAULT, 1979). Assim como o poder é eminentemente relacional e transitório, suas estruturas variam conforme a época e a sociedade.

Conforme Hanneman (2001) num sistema de baixa densidade de relações sociais o poder é pouco exercido, em sistemas de alta densidade existe potencial para maior poder, e assim “o poder nas redes sociais pode ser visto tanto como uma propriedade micro (descreve as relações entre atores) e como uma propriedade macro (uma população inteira)” (HANNE-MAN, 2001, p. 4). Portanto, quando a densidade populacional investigada é baixa é possível perceber relações de poder mais pontuais, presenciais, como, por exemplo, relações baseadas no poder patriarcal, ou relações clientelistas, e quanto é alta, referem-se a toda uma população, são mais complexas, envolvem um conjunto enorme de atores indivíduos e coletivos competindo para fazer valer suas demandas políticas.

A centralidade das relações de poder nas redes sociais é verificada de várias maneiras. Os dados de relações orientadas possibilitam distinguir a centralidade do ator nas redes de poder. Se um ator (individual ou coletivo) tem muitos vínculos considera-se que é proeminente, que tem prestígio, já aqueles que tem alto grau de saída, ou seja, conectam-se com várias redes, são capazes de construir interações com muitos outros, e

assim, fazer os outros conscientes de seus argumentos, pontos de vista, sendo, portanto, um ator influente nas redes.

A análise de redes sociais percebe que o poder dos atores surge das suas interações, das suas relações sociais. O poder é a posição superior que o ator ocupa na rede. Portanto, os métodos de análise de redes sociais são úteis para observar as fontes e a distribuição de poder na sociedade, em suas organizações, e em seus grupos, sendo, atualmente um importante recurso para a análise da formulação e implementação de Políticas Públicas por agentes estatais e não estatais.

As redes de políticas públicas permitem observar os processos de elaboração e implementação das políticas e programas governamentais, em suas diversas áreas de atuação, através dos distintos atores envolvidos no processo de políticas públicas. Este tipo de análise demonstra que os processos de políticas públicas se desenvolvem num espaço social dinâmico, composto por entidades nem fixas, nem pré determinadas que demandam relações de poder, coalizões, intercâmbios, influências de atores não estatais e do contexto político, social e econômico, das regras do jogo social e político, da interdependência de metas, ideias, e valores; assim como são suscetíveis de reproduzir contradições da estrutura social, como relações clientelistas, por exemplo.

Portanto, numa área interdisciplinar como se constitui o campo de estudos em políticas públicas, a abordagem de redes considera que a política é articulada e desenvolvida em ambientes estratégicos e complexos permeados por interações entre atores interdependentes imersos em redes, os quais devem cooperar entre si em função da dependência de recursos. Para

que essa cooperação ocorra depende do modo que estes atores estão estruturados em redes (comunidades de políticas, por exemplo) e da utilização de instrumentos de gestão para que a articulação de interesses e de recursos de determinada política ocorra.

Desse modo, pode-se considerar redes de políticas públicas como “Um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e interdependente, que vinculam uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em relação a uma política pública e intercambiam recursos para perseguir tais interesses, admitindo que a cooperação é a melhor forma de alcançar objetivos comuns” (BÖRZEL, 1998, p. 253). Fley e Ouverney (2007) destacam, nesse sentido, que só por meio da análise de redes de políticas públicas é possível dar uma resposta eficiente e eficaz aos problemas públicos.

Além das questões relacionadas ao poder e políticas, encontra-se também redes que tratam do fluxo de atores e de informações. Seus métodos são muitos úteis para pensar a questão da gestão do conhecimento e da informação. Conforme Castells (2003) as redes fornecem uma nova base material para redefinir os processos sociais predominantes, e esta reflexão representa o impacto das redes sociais na gestão do conhecimento atualmente. Elas são importantes ferramentas de aprendizado e divulgação da informação no contexto organizacional, induzindo as organizações a estabelecerem gestões colaborativas e cooperativas em relação ao conhecimento.

Quanto mais informações são trocadas entre os atores de dada rede organizacional, maior o conhecimento adquirido e maior a possibilidade de mudança. Portanto, dentre as

possibilidades que a análise de redes sociais trouxe para a gestão do conhecimento destaca-se, com base no gerenciamento de redes, a agilidade na tomada de decisões, possibilitando o diagnóstico e a mudança organizacional.

Por fim, cabe destacar a contribuição das redes para análise das relações econômicas. No estudo das organizações, sejam empresariais, comerciais, financeiras, as redes são analisadas enquanto aglomerados ou clusters que representam arranjos de organizações econômicas situadas geograficamente que apresentam interdependências de todo tipo. A partir dessa ideia e do tipo de comportamento e dos valores difundidos, a atuação dos atores permite analisar os arranjos produtivos locais, dentre outras práticas econômicas.

Considerações Finais

Esta reflexão, embora de caráter introdutório, teve por objetivo expor as potencialidades da análise de redes sociais para pensá-la, também, como um aporte metodológico interdisciplinar para a compreensão do mundo social, em suas múltiplas e complexas facetas.

Estas múltiplas e complexas relações entre atores, instituições, organizações, atualmente, podem ser melhor visualizados e analisados a partir de softwares desenvolvidos com este objetivo, como Cfinder, Graff Viz, JUNG, Multinet, NetDraw, SOCNETv, UCINET, dentre outros.

Portanto, a análise de redes sociais é uma metodologia útil para a compreensão de objetos interdisciplinares, dado que abarca uma série de relações, vínculos, problemáticas não relacionadas apenas a um campo do conhecimento específico.

Referências Bibliográficas

BÖRZEL, Tanja A. Organizing Babylon- on the diferente conceptions of politicly networks. **Public Administration**, 76, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003

CROSS, R.; PRUSAK, L. The people who make organizations go – or stop. **Harvard Business Review**, v. 80, n. 6, p. 104-112, 2002.

FLEURY, S. M.; OUVENERY, M. A. **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HANNEMAN, Robert. **Introducción a los métodos de redes sociales**. Departamento de Sociologia Universidad de California, 2001.

LAGO JÚNIOR, Mário Wilson do. Redes sociais informais intraorganizacionais e os processos e mudanças organizacionais: estudo em uma empresa de tecnologia da informação. Salvador, **Dissertação (Mestrado em Administração)**, Universidade Federal da Bahia, 2005.

MATHEUS, R. F.; SILVA, A. B. O. Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação. **Revista de Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 2006.

CAPÍTULO 4

SEGURANÇA PÚBLICA: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES PARA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA E HOMICÍDIOS

Esse capítulo tem como objetivo apontar os caminhos encontrados para compreensão dos fenômenos complexos que envolvem o aumento exponencial dos últimos anos dos índices de violência, homicídios e encarceramento em Sergipe, o que foi demandado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe, no âmbito do Programa de Apoio aos Núcleos de Pesquisa criados por Secretarias de Estado.

Assim, inicialmente nesse capítulo apresentamos a contextualização da complexidade dos fenômenos estudados e em seguida apresentamos os caminhos interdisciplinares percorridos na execução da pesquisa.

A identificação dos fenômenos investigados

Para compreender dados sobre incidência desigual dos homicídios no perímetro urbano, realidade que ocorre em todo o território nacional, é preciso entender o processo de

urbanização desordenada no Brasil, com a intensificação de diversas problemáticas, dentre as quais a da criminalidade violenta e a dos homicídios. Assim como a baixa qualidade de vida da população residente que é apontada como potencializadora da ocorrência de conflitos violentos que resultam em morte. (RAMÃO, 2010).

A questão da violência na modalidade de homicídio também vem sendo discutida sobre a ótica da prevenção e controle com ênfase num projeto abrangente que contempla a complexidade de seus múltiplos determinantes e as dinâmicas específicas produtoras da violência em diferentes situações. A epidemiologia vem a exercer um importante papel neste processo podendo contribuir para a monitorização da violência, para o conhecimento de realidades específicas e para a sensibilização e instrumentalização dos atores sociais engajados na transformação das condições geradoras da violência (DRUMOND JUNIOR, 1999).

O problema da violência faz parte dos noticiários e quanto mais cruel é prática delituosa perpetradas nas modalidades de lesões corporais seguidas de morte, dos homicídios e dos latrocínios, mais repercussão é produzida no imaginário popular. As falas de gestores reproduzem um discurso de conformação transferindo para a sociedade a culpa pela superlotação dos presídios e constantemente a questão da violência é mitigada entre causa e consequência num emaranhado onde fica difícil a adoção de qualquer política pública.

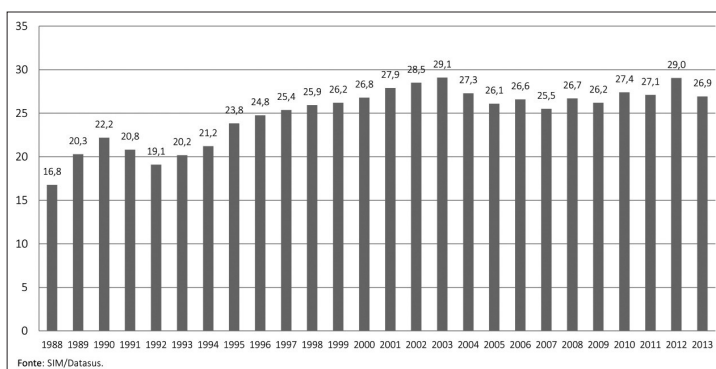
Percebe-se um ciclo de retroalimentação entre violências, aumento nos índices de homicídios, superlotação de presídios

e a pressão social e política para que as políticas de segurança pública tragam respostas e soluções rápidas.

De acordo com relatório UNODC, apesar de possuir 2,8% da população mundial, o Brasil acumula 11% dos homicídios de todo o mundo (UNODC, 2014). Essa análise se baseia em dados da década atual que registram a média de 50 mil homicídios anuais (LIMA, SINHORETTO, BUENO, 2015). Levando em conta dados do processo de abertura democrática a partir de 1988, “são mais de um milhão de vítimas de assassinato no país, majoritariamente jovens, pretos e pardos e residentes das periferias dos grandes centros urbanos”. (LIMA, SINHORETTO, BUENO, 2015, p. 128).

No gráfico 3 é possível observar a evolução da taxa de mortalidade por agressão no Brasil (1988-2013), elaborado pelo SIM/Datasus e com análise detalhada de Lima, Sinhoretto e Bueno (2015), indicando o crescimento dos índices de homicídios.

Gráfico 03. Gráfico da Evolução da taxa de mortalidade por agressão no Brasil (1988-2013).



Fonte: LIMA, SINHORETTO, BUENO (2015, p. 128).

Com o objetivo de operacionalizar as políticas adotadas pelos gestores faz-se necessária a compreensão do problema a ser investigado, o que pode ter mais sucesso adotando abordagens interdisciplinares de investigação.

Os dados do sistema penitenciário reforçam evidências empíricas dessa baixa resolutividade dos crimes contra a vida: das 537.790 pessoas encarceradas no país em 2013, apenas 12% respondiam a crimes contra a pessoa (homicídio simples, homicídio qualificado, sequestro e cárcere privado), ou seja, pouco mais de 38 mil pessoas. Ao considerar o cenário de 50 mil homicídios anuais, este dado revela a ineficiência das polícias brasileiras. Mais do que isso, os dados do sistema penitenciário revelam também a ineficiência e a seletividade das polícias e do Judiciário: 60% dos que cumprem situam-se na faixa etária entre 18 e 29 anos e são em sua maioria pretos e pardos, de baixa escolaridade; 40% da população prisional encontra-se em situação provisória, o que significa dizer que não foram julgados pela Justiça; e dentre os 322.151 julgados e condenados, a maioria (47,9%) está presa por crimes contra o patrimônio, na evidência da centralidade que a dimensão patrimonial dos conflitos assumiu no país (Mapa do encarceramento, 2014). (LIMA, SINHORETTO, BUENO, 2015, p. 130).

A utilização das novas tecnologias torna-se essencial neste processo. Os sistemas de informação sobre a população privada

de liberdade no Brasil possuem a finalidade de facilitar a busca de informações que sejam oportunas para efetivação de políticas públicas, bem como facilitar a execução dessas políticas. Neste contexto os profissionais de segurança pública, técnicos da informação e gestores devem estar preparados para poder lidar com as novas tecnologias como redes, digitalização, programas específicos sobre a população privada de liberdade, além de contar com apoio de pesquisadores e das instituições de pesquisa com expertises sobre a temática.

Pesquisas recentes sobre o mapa do encarceramento elaborado no âmbito do projeto de cooperação técnica BRA/12/018 - Desenvolvimento de Metodologias de Articulação e Gestão de Políticas Públicas para Promoção da Democracia Participativa (entre a Secretaria Geral da Presidência da República e o PNUD) demonstram o crescimento do encarceramento em nível mundial e apresentou a seletividade penal brasileira que foca suas atividades em ações contra crimes patrimoniais e tráfico de drogas. Centrou sua pesquisa no INFOPEN que foi apresentado como responsável pela construção da comunicação entre órgãos de administração penitenciária e da execução penal, porém revelou as dificuldades na obtenção e no tratamento dos dados disponíveis no site do INFOPEN, a baixa consistência e qualidade observada nestas informações, sobretudo nos anos iniciais do sistema de coleta. (BRASIL, 2015).

As dificuldades mencionadas não causam espanto para os pesquisadores da área de segurança pública e justiça criminal no Brasil. Os resultados do projeto revelam que o sistema prisional brasileiro é composto predominantemente por homens e que durante o período de 2007 a 2012, o encarceramento

feminino cresceu mais do que o masculino no Brasil. A análise da variação percentual nacional indicou que a população feminina encarcerada cresceu 67%, enquanto a masculina cresceu 39%. Recomendou implementar e estimular, junto às unidades prisionais, ações assistenciais na área de saúde, educação, trabalho e cultura especificamente para os grupos focalizados pela política do encarceramento, respeitando e valorizando suas especificidades e diferenças.

As pesquisas também revelam que, os principais entraves ao conhecimento da realidade prisional se dão pela inexistência de dados e falta de sistematização de dados existentes, assim como dificuldade de acesso aos dados e pouca qualidade dos dados disponibilizados (BRASIL, 2015)

Outro estudo analisou a distribuição espacial e temporal dos homicídios no Brasil a partir dos anos 1980, quando foi verificado forte incremento nas taxas de homicídios, quando ocorreram processos como: queda, crescimento e estabilização nas diferentes regiões do país, explorando e qualificando os fenômenos da “interiorização” e “disseminação da violência”. (ANDRADE, 2013)

O que essa pesquisa revelou foi um processo muito mais complexo e que não deve ser subsumido sob a tese generalista da interiorização ou da disseminação da violência. Concluiu que há uma reorganização da violência no território nacional, mas essa reorganização obedeceu a algumas lógicas de aglomeração, com a presença de claros efeitos de contágio, que precisam ser estudados de maneira específica.

Segundo esta pesquisa torna-se indiscutível reorganização espacial na distribuição dos homicídios no Brasil ao longo da

última década e que os processos de interiorização e disseminação não são generalizados. Concluiu informando que a redistribuição dos homicídios seguiu nítidos padrões espaciais de caráter concentrado e que se faz necessário acompanhar esta evolução e entender os motivos que a impulsiona (ANDRADE, 2013). Esses são importantes desafios que devem ser tratados pelos pesquisadores.

Os caminhos interdisciplinares na construção dos dados e suas análises

A partir do que foi explicado anteriormente, a abordagem metodológica interdisciplinar proposta para analisar os fenômenos de violência e política penitenciária parte de percepção de que análises consistentes necessitam do entrecruzamento de técnicas e estratégias de levantamento e análise de dados, assim como equipe interdisciplinar para tratamento e avaliação dos dados¹⁰.

Nesse sentido, partindo da prerrogativa interdisciplinar que exige não apenas o trabalho em equipe, mas especialmente “(...) que se respeite o outro, que se trate o conhecimento como atividade e não como mercadoria, que se tenha humildade para ouvir o outro e para expor perguntas e dúvidas

10. Os caminhos metodológicos descritos aqui foram aplicados na execução do projeto “Perfil dos Presos no Estado de Sergipe e identificação de políticas públicas para egressos” financiado pelo EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC N° 13/2011 (NAPs), entre os anos de 2013 e 2014. Alguns desses caminhos também foram vivenciados nos projetos “Ambiente e violência em Sergipe. Mapeamento dos homicídios nos municípios nos municípios sergipanos ocorridos no período 2006 a 2010” (EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC N° 13/2011 -NAPs) e “Análise do Sistema Estadual de atendimento socioeducativo em Sergipe com ênfase na situação de privação de liberdade de adolescentes” (Edital CNPq/CAPES n.07/2011).

ingênuas” (BICUDO, 2008, p.145 e 146), a interlocução com os atores envolvidos diretamente com a violência e a gestão de segurança pública têm sido salutaras nas pesquisas desenvolvidas nessa área.

É importante ressaltar que a interação entre os saberes e metodologias disciplinares pode acontecer em níveis de complexidade diferentes, mas deve sempre partir de uma articulação coordenada e voluntária de ações disciplinares que estão orientadas por um objetivo comum, o que vai além de exigências provisórias e ocasionalidades. A interdisciplinaridade se constrói na prática.

As interlocuções entre pesquisadores, gestores públicos (desde delegados, diretores de presídios, funcionários do alto e médio e escalão), assim como técnicos administrativos, agentes penitenciários, agentes de saúde e de assistência social que trabalham nos órgãos de fiscalização da sociedade civil, bem como a própria interlocução com presos e egressos do sistema prisional enriquecem a compreensão sobre o segurança pública e permite melhores inferências para a avaliação das políticas públicas de segurança. Assim, a perspectiva interdisciplinar sobre a temática vai além das questões instrumentais e técnicas, mas sem prescindir delas e “(...) necessita de difusão e comunicação de resultados parciais ao longo de um processo dinâmico de pesquisa”.(MARANHÃO, 2010, p.563).

Dessa forma nas experiências dos autores as investigações sobre segurança pública têm se baseado em estudo seccional com abordagem quali-quantitativa e com levantamento de dados primários e secundários.

Além da coleta de dados oficiais dos órgãos da Segurança Pública, Justiça Criminal e Execução Penal, são realizadas análises de inquéritos policiais (através de amostra randomizada) e de processos judiciais.

Outras fontes oficiais são INFOPEN e CNJ bem como Sistema de Informação sobre mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (DATASUS), IBGE da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-DAT) e Ministério da Justiça.

Os dados secundários são sempre coletados no início das investigações em paralelo com as revisões bibliográficas e verificação de relatórios específicos sobre o foco das pesquisas nacionais e regionais, que podem permitir a identificação de caminhos técnicos e metodológicos que ampliem o escopo das investigações.

Nesse sentido, para proporcionar uma compreensão de dentro do problema materialmente visível da segurança pública, são coletados relatos sobre a percepção dos detentos através de questionário semiestruturado e que geralmente contém duas sessões.

Uma sessão que permite o levantamento das características sócio demográficas dos indivíduos pesquisados e outra que é construída de questões que visam registrar a percepção dos presos sobre o objeto da investigação.

Aqui cabe identificar que a construção dessa sessão do questionário é feita pelos pesquisadores em oficina de trabalho que envolve não apenas os pesquisadores (cientistas sociais, advogados, assistentes sociais, especialista em saúde pública, estatísticos, eventualmente, geógrafos, psicólogos, economistas e

antropólogos) os gestores de segurança pública, em especial sindicatos, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, diretores de presididos e delegados, assim como o Conselho da Comunidade da Execução Penal – CCEP e outros setores da sociedade civil e do governo que estejam diretamente ligados às questões investigadas. Percebe-se que “o protagonismo dos sujeitos envolvidos surge aqui como fator decisivo no contexto da universidade”.(RUBIN-OLIVEIRA, FRANCO, 2015, p.29)

Dessa forma, em relação aos dados secundários temos realizado amostragem de caráter probabilístico dos sujeitos investigados, selecionados aleatoriamente das unidades prisionais e o quantitativo de sujeitos da amostra é determinado através de cálculo amostral, sugerido pela fórmula de Barbetta (BARBETTA, 2010).

Esses dados secundários são levantados com o auxílio de um formulário de registro das variáveis selecionadas para serem registradas e trabalhadas, o que é feito anteriormente em oficinas mistas como explicado anteriormente. Esse formulário é transformado em planilha de cálculo de forma a permitir o processamento e geração de estatística descritiva (uso do programa Excel) e estatística probabilística (uso do programa SPSS). As informações qualitativas que não se adequam à tabulação são levantadas e analisadas criticamente.

A identificação de dados, baseada em pesquisa bibliográfico-documental, se sustenta em teorias que estruturam o objeto, além de conhecimento quanto à legislação pertinente à temática estudada.

Concomitantemente à pesquisa bibliográfica, é feito o levantamento referente aos elementos que constroem o objeto

(conceitos, princípios, mecanismos de aplicação, instituições responsáveis pela gestão, e outros fatores), subsidiando a construção teórica e a análise para consecução dos objetivos propostos.

Os dados primários são levantados através de questionários e roteiros de entrevista, aplicados a uma amostra representativa de presos e de pessoas que trabalham no sistema prisional.

Os dados primários são tabulados e processados, usando-se o programa Excel e o programa SPSS, para a elaboração de estatísticas descritiva e probabilística que conduzem a análise. Também é organizado um Banco de Dados, contendo indicadores sócio demográficos, condições de vida tanto dentro quanto fora dos presídios, possíveis causas e motivações que levaram ao cometimento de crime que resultaram em mortes violentas, de forma a servir de base às análises do estudo e ficar disponíveis nos laboratórios dos pesquisadores para utilização sempre que necessário.

Após o processamento e análise de dados, é elaborado um relatório preliminar dos resultados da pesquisa que, depois de distribuído para análise do conjunto da equipe de pesquisadores do projeto, é discutido em uma Oficina de Trabalho para qual são convidados, também, especialistas na área e todos os envolvidos na oficina inicial de construção dos instrumentos de pesquisa.

Os dados quantitativos são analisados através de análise descritiva e correlacional das causas e motivações dos crimes que resultaram em mortes violentas indicadores e políticas de saúde para a população privada de liberdade existentes no período do estudo.

Os indicadores de saúde podem ser avaliados quanto a existência de fonte específica da população privada de liberdade, e por subsistema de saúde dos subsistemas de informação em saúde do Ministério de Saúde através do Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Esses indicadores são distribuídos através de frequência absoluta, relativa ou taxas nas unidades prisionais estudadas.

Os inquéritos policiais são classificados quanto ao tipo de crime e ano do cometimento do crime e é realizada distribuição de frequência nas unidades prisionais estudadas e/ou delegacias. As políticas, portarias e ou decretos de saúde relativos ao sistema prisional são também classificados quanto ao ano, objetivo e quantidade desses documentos.

Dessa forma é realizada triangulação de métodos para se apresentar as considerações finais sobre o assunto para combinação de diferentes métodos e técnicas de investigação, pois além de valorizar a quantidade apenas como indicador e parte da qualidade dos fenômenos, dos processos e dos sujeitos sociais, diferenciados socialmente e culturalmente, esses caminhos permitem contemplar as diferentes formas de olhar a realidade.

O processo de amostragem para o estudo é realizado de diferentes formas, em função das especificidades ou diversidade de populações a serem pesquisadas. O tamanho das amostras é calculado segundo a fórmula proposta por Barbetta (2010), de maneira a serem montadas amostras estratificadas representativas do conjunto populacional. Para a integralização da amostra, os presos são convidados a participar, de forma voluntária.

A população de recursos humanos que trabalha no sistema prisional também é convidada a participar da pesquisa, também de forma voluntária e ambos os grupos recebem explicações sobre os objetivos da pesquisa, a voluntariedade da participação e garantias proporcionadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa que garante o sigilo e proteção das identidades dos informantes da pesquisa. Nesse sentido os investigados assinam termo de consentimento livre e esclarecido e podem a qualquer momento deixar de ser sujeito da pesquisa.

O levantamento de dados secundários nas diferentes fontes é feito através de processo de amostragem sistemática de, no mínimo 50% dos registros. Em casos específicos, a depender do banco de dados e das condições de preenchimento das informações, o tamanho da amostra poderá ser menor, conforme cálculo através da fórmula de Barbetta (2010).

Os inquéritos policiais dos presos que participam voluntariamente do levantamento nos estabelecimentos prisionais, são buscados sempre que possível e após analisados, suas informações são integradas aos dados do questionário respondido pelo sujeito investigado, aqui nesse caso o detento.

Depois de realizado o cálculo amostral pela fórmula de Barbetta (2010) é acrescido 10% para evitar futuras perdas. Os dados do quantitativo destes locais são definidos conforme dados oficiais e mais atualizados, quando do início do projeto.

Para todos os testes estatísticos é adotado o intervalo de confiança de 95% e, portanto, um nível de significância de 5%. Como já sinalizado os projetos são sempre encaminhados ao Comitê de Ética e Pesquisa respeitando os termos da Resolução CNS nº 466/12.

Outro importante aspecto das pesquisas realizadas por nossa equipe se constituem nos indicadores de avaliação de andamento delimitados antes do início das pesquisas, que estão apresentados a seguir.

Quadro 02. Indicadores de Avaliação: indicadores sociais, de avaliação e de impacto

Indicadores sociais		
Indicador	Quantidade	Prazo* depende do tempo da pesquisa
Oficina de trabalho com pesquisadores, gestores, agentes e outros atores envolvidos com a segurança pública (OAB; CCEP)	Entre 30 e 50 pessoas	No primeiro bimestre de execução do projeto
Oficina de trabalho com apresentação de resultados da pesquisa e debate sobre as análises dos dados e conhecimento gerado	Entre 100 e 200 pessoas	No último bimestre de execução do projeto
Instituições que receberão banco de dados para incorporação do conhecimento gerado	A definir	Ao final de 18 meses
Novos projetos a serem desenvolvidos sobre Segurança Pública	01	Ao final de 18 meses

Indicadores de inovação		
Indicador	Quantidade	Prazo
Banco de dados que embasará ações e políticas públicas da temática específica estudada	01 processo melhorado	Ao final de 18 meses
Sugestão de políticas públicas de Segurança visando a melhoria do gestão pública	01 processo melhorado	Ao final de 18 meses
Indicadores de impacto		
Indicador	Prazo	
Contribuir para completar lacunas na bibliografia sobre a temática de violência e segurança estudada	Ao final de 18 meses	
Subsidiar, através do banco de dados acompanhado de análises, a tomada de providências visando embasar adequadamente o planejamento de ações preventivas e políticas públicas de segurança.	Ao final de 18 meses	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Como apontado nos indicadores sociais e descrito anteriormente, as análises finais são apresentadas em oficina de trabalho, para a qual são convidados a participar os técnicos que atuam na área de segurança e política pública, para apreciação e sugestões, antes da elaboração da versão final do relatório.

A versão semifinal das análises e a base de dados produzida são disponibilizadas para entidades envolvidas. A versão final do relatório, após as mudanças identificadas pela oficina de

trabalho, são encaminhadas, junto com o banco de dados produzido, a todos os participantes da oficina e às instituições envolvidas.

Considerações que não são finais

Sobre as principais dificuldades encontradas nas pesquisas realizadas, cabe registrar as que aconteceram na aplicação dos questionários com presos e funcionários. Diferente da percepção deturpada do senso comum sobre os presos no Brasil, a maior dificuldade encontrada no levantamento de dados não foi a resistência dos presos em fornecer as informações, visto que, muitos presos que se dispuseram a responder os questionários, não o fizeram por falta de tempo dos pesquisadores/ disponibilidade de horário de funcionamento/rotina das unidades prisionais.

O que foi difícil: a resistência na pesquisa por parte de funcionários e delegados, em relação aos quais foi necessária, além das autorizações oficiais hierárquicas, uma série de estratégias de discussão e convencimento para apoio e participação nas investigações.

Outro fator dificultador foi a rotina de funcionamento dos presídios e das delegacias, que por questões como segurança, recebimento ou transferência de presos tornou necessário reagendamento do levantamento de dados. Apesar das autorizações oficiais, de agendamento prévio, em seis unidades prisionais (quatro presídios e duas delegacias), e em alguns por mais de uma vez, foi necessário reagendar visitas já programadas, muitas vezes na véspera da data prevista, o que proporcionou a

necessidade de logísticas desgastantes de reagendamento com mais de 20 pesquisadores voluntários.

Importante registrar que houve ainda outros fatores que impuseram o reagendamento das visitas dos pesquisadores às unidades prisionais tais como ameaças de fuga e manifestações de familiares do lado externo de presídio, esses sem qualquer vínculo/responsabilidade dos gestores ou funcionários das instituições visitadas.

Por fim, podemos também indicar que foram os dados obtidos com a aplicação de questionários nos presídios e delegacias que trouxeram as informações mais ricas, e que possibilitaram identificar que cada uma das unidades prisionais tem, além de especificidades quanto ao perfil do preso, peculiaridades quanto à forma de funcionamento.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 30, supl. p. S171-S191, 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000400011&lng=en&nrm=iso

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 7 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil** / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015.

DRUMOND JÚNIOR, Marcos. **Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica.** *Saude soc.*, Fev 1999, vol.8, no.1, p.63-81. ISSN 0104-1290

FONSECA, V. ; MARQUES, V. T. ; NOGUEIRA JUNIOR, G. R. . Ambiente e violência em Sergipe. Homicídios e características do ambiente social nos municípios sergipanos. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, p. 6-17, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Edição VIII. São Paulo, 2014.

HUNGRIA, Nelson. **Comentário o Código Penal**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1953.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 123-144, abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100123&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2015. Epub Abr-2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100008>.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira. 2015. A Criminalidade e a Segurança Pública no Nordeste brasileiro. Revista Espaço Acadêmico. Núcleo de Estudo da Violência. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/26140/14527>

RAMÃO, Fernanda Pamplona and Wadi, Yonissa Marmitt **Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR**. *Rev. Sociol. Polit.*, Fev 2010, vol.18, no.35, p.207-230. ISSN 0104-4478

ROXIN, Claus. **A proteção dos bens jurídicos como função do Direito Penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

UNODC. Global Study on Homicide 2013. United Nations Publication, Vienna, 2014.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e

pretextos em programas de pós-graduação. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 15 - 35, abril de 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **O mapa da violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília, 2015.

ZAVERUCHA, Jorge e NÓBREGA JR., José Maria Pereira da (2015). O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 8 – nº 2 - ABR/MAI/JUN 2015 - pp. 235-252.

Sobre os autores



Diego Freitas Rodrigues - Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos com estágio sandwich no Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales do Colégio de México.

Atua como Pesquisador Associado ao Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP). Professor do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes e Professor do Programa de Pós Graduação em Saúde e Ambiente da Universidade Tiradentes. Membro da Associação Brasileira de Avaliação de Impacto (ABAI) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Áreas de interesse: Políticas Públicas; Avaliação de Impacto Ambiental; Avaliação de Políticas e Programas na área de Saúde Ambiental; Política Comparada; Indicadores de Sustentabilidade. <http://lattes.cnpq.br/4648723371446148>.

E-mail para contato: diegofreitasrodrigues@outlook.com



Lorena Madruga Monteiro –Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pesquisadora associada aos grupos de pesquisa “Ciências Sociais na América Latina”; (CISOAL/UFRGS) e “Instituições Políticas e pensamento político brasileiro”; (UFPEL). Tem experiência na área de Ciência Política e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia política, elites, ciências sociais, educação brasileira, intelectuais católicos, burocracia e políticas públicas. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes, e pesquisadora associada do Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP). <http://lattes.cnpq.br/1244366141863706>; lorena.madruga@gmail.com



Verônica Teixeira Marques – Doutora em Ciências Sociais pela UFBA, Mestre em Ciência Política pela UFPE e graduada em Ciências Sociais pela UFS. Atualmente é pesquisadora do Instituto de Tecnologia

e Pesquisa - ITP, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes (UNIT-Sergipe), Coordenadora do Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas e professora da graduação de Direito do Centro

Universitário Tiradentes (UNIT-Alagoas). Também é Líder do Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos- CNPq”, pesquisadora do Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania/NAP-SEC da SSP/SE. Tem experiência na gestão de pesquisa e projetos e tem se dedicado nos últimos anos à estudar políticas públicas de segurança pública e controle social. Coordenou o projeto “Perfil dos Presos no Estado de Sergipe e identificação de políticas públicas para egressos” financiado pelo EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC N° 13/2011 (NAPs), entre os anos de 2013 e 2015 participou do projeto “Democratização do acesso à Justiça e efetivação de direitos: a Justiça Itinerante no Brasil” , IPEA/PROREDES n°001/2011, tendo sido bolsista do IPEA nos anos de 2012 e 2013. Foi pesquisadora dos projetos “Ambiente e violência em Sergipe. Mapeamento dos homicídios nos municípios nos municípios sergipanos ocorridos no período 2006 a 2010” (EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC N° 13/2011 -NAPs) e “Análise do Sistema Estadual de atendimento socioeducativo em Sergipe com ênfase na situação de privação de liberdade de adolescentes” (Edital CNPq/CAPES n.07/2011). <http://lattes.cnpq.br/0156664290521652>;

E-mail para contato: veronica.marques@hotmail.com.

Este livro foi composto
em Electra LT pela Editora
Bonecker e impresso em
papel offset 75 g/m².